



# Anais da Assembléia

N.º 78

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE AGOSTO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 67.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 1985.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Djalma de Almeida César.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguo Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se ausente o senhor Deputado Ervin Bonkoski (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Proceder à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Mensagens:

MENSAGEM 139/85

Curitiba, 08 de agosto de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a subscrever aumento de capital da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR - mediante a integralização pela incorporação de uma área de terreno com 3.000,00 m<sup>2</sup>, situada em Campo Comprido, nesta Capital, a ser desmembrada de um todo maior, de propriedade do Estado do Paraná, objeto da Transcrição n.º 57.177, do Livro 3-AV, do Cartório da 6.ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba

A medida legal consubstanciada no Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que o imóvel em questão, será, conforme disposição expressamente contida no anteprojeto anexo, destinado à construção de uma estação de tratamento de esgoto.

Certo de que o anteprojeto de lei ora encaminhado a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N. 157/85

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a subscrever aumento de capital da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR - mediante a integralização pela incorporação de uma área de terreno com 3.000,00 m<sup>2</sup>, a ser desmembrada de um todo maior, de propriedade do Estado, objeto da Transcrição n.º 51.177, do Livro 3-AV, do Cartório de Registro de Imóveis da 6.ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba e situada em Campo Comprido, nesta Capital.

Parágrafo Único - São as seguintes as características, medidas e confrontações da área de terreno de que trata este artigo: Ponto de partida estabelecido na estação O.P.P. situada no alinhamento predial da Rua Antônio Rodrigues Monteiro, a 13,50 m da borda do córrego Ribeirão dos Müller. - Da estação O.P.P. azimuth 142.33'00" mediu-se 60,00 m pelo A.P. da rua Antônio Rodrigues Monteiro até a estação 1. - da estação 1, azimuth 52.33'00", mediu-se 50,00 m até a estação 2, confrontando com área remanescente, de propriedade do Estado do Paraná. - Da estação 2, azimuth 322.33'00", mediu-se 60,00 m até a estação 3, confrontando-se com área remanescente de propriedade do Estado do Paraná. - Da estação 3, azimuth 232.33'00", mediu-se 50,00 m até a estação O.P.P. confrontando-

-se com área de fundo de vale, do córrego Ribeirão dos Müller. Os azimutes descritos referem-se ao norte magnético.

Art.2.º - A área de terreno a que se refere esta lei destina-se à construção de uma estação de tratamento de esgoto.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

OFÍCIO N. 2906/85/DA/CEA/SC

Curitiba, 16 de agosto de 1985.

Senhor Governador:

Tenho a honra de acusar o recebimento das Mensagens de Vossa Excelência, sob os n. 139 e 140/85, de 08 do mês em curso, cujos planos de lei foram devidamente encaminhados nesta Casa.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e maior consideração.

(a) NILSO SGUAREZI.

Presidente

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 140/85

Curitiba, 08 de agosto de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva, autorizar a doação ao Município de Tibagi ao prédio edificado pelo Estado, no ano de 1949, na praça XV de Novembro, da sede do referido Município e que serviu às instalações do Fórum da Comarca até 25 de janeiro de 1985. Visa, ainda, tal anteprojeto de lei autorizar a cessão de direitos de posse que o Estado mantém no lote de terreno onde fora edificado o antigo Fórum.

O Plano de lei ora submetido a exame dessa Augusta Casa de Leis é altamente significativo e consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, pois no mencionado imóvel a Municipalidade irá instalar, conforme esclarece o Senhor Prefeito, o Museu do Garimpo, refletindo, assim, as tradições históricas de Tibagi.

Certo de que o anteprojeto de lei ora encaminhado a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOSÉ RICHA.

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI N. 156/85

Art.1.º - Fica autorizada a doação ao Município de Tibagi do prédio edificado pelo Estado, no ano de 1949, na praça XV de Novembro, da sede do referido Município e que serviu às instalações do Fórum da Comarca até o dia 25 de janeiro de 1985,

bem como a cessão de direitos de posse sobre o respectivo lote de terreno.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

OFÍCIO N. 29906/85/DA/CEA/SC

Curitiba, 16 de agosto de 1985.

Senhor Governador:

Tenho a honra de acusar o recebimento das Mensagens de Vossa Excelência, sob os n. 139 e 140/85, de 08 do mês em curso, cujos planos de lei foram devidamente encaminhados nesta Casa.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e maior consideração.

(a) NILSO SGUAREZI.

Presidente

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 141/85

Curitiba, 08 de agosto de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, com as partes, datas e objetivos, conforme abaixo se menciona:

I - Com o Município de Terra Boa, datado de 12 de junho de 1985, objetivando a manutenção de Viveiros de Café, para fomento e estímulo a produção cafeeira;

II - Com o Município de União da Vitória, datado de 11 de julho de 1985, objetivando a realização da Feira Estadual de Bezerros e da II Feira Regional de Novilhos e Touros da Região.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA.

Governador do Estado

OFÍCIO N. 3392/85/DA/CEA/SC

Curitiba, 19 de agosto de 1985.

Senhor Governador:

Tenho a honra de acusar o recebimento das Mensagens de Vossa Excelência, sob o n. 141/85, de 08 de agosto do corrente ano e n. 142, 143, 144 e 145/85, de 14 do mês em curso, cujos planos de Lei foram devidamente encaminhados nesta Casa.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de esti-

ma e consideração.

(a) NILSO SGUAREZI

Presidente

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 142/85 *Prop. 124/85*

Curitiba, 14 de agosto de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n. 105/85, celebrado em 31 de julho de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, figurando como intervenientes a Secretaria de Estado da Agricultura, a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - ACARPA/EMATER, a fundação Instituto Agro-nômico do Paraná - IAPAR, a Fundação Instituto de Terras e Cartografia - ITC -, e a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFE DO PARANÁ, objetivando a execução de atividades de orientação técnica e prestação de serviços para prevenir e controlar a erosão do solo rural no Noroeste do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 143/85 *Prop. 125/85*

Curitiba, 14 de agosto de 1985

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n. 63/84, celebrado em 27 de dezembro de 1984, pelo Estado do Paraná, através de suas Secretarias de Estado do Planejamento, da Agricultura e do Interior, e da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, com a Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR e o Município de Curitiba, objetivando a execução da primeira etapa do Projeto "Unificação de Bases Cartográficas - UNIBASE", na Região Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 144/85 *Prop. 126/85*

Curitiba, 14 de agosto de 1985

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 26 de junho de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA - PME/PR - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS, na implantação de melhorias na rede viária urbana dos Municípios signatários:

| Município     | N. do Convênio |
|---------------|----------------|
| Apucarana     | 18/85          |
| Cascavel      | 19/85          |
| Foz do Iguaçu | 20/85          |
| Guarapuava    | 21/85          |
| Londrina      | 22/85          |
| Maringá       | 23/85          |
| Paranaguá     | 24/85          |
| Paranavaí     | 25/85          |
| Ponta Grossa  | 26/85          |

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 145/85 *Prop. 127/85*

Curitiba, 14 de agosto de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Auxílio e Cooperação celebrados em 28 de junho de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios adiante mencionados, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Programa Especial para o Desenvolvimento da Infra-estrutura Urbana dos Municípios-cota Estadual do Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis Líquidos e Gasosos:

| Município | N. do Convênio |
|-----------|----------------|
| Apucarana | 001/85         |
| Cascavel  | 002/85         |

|               |        |
|---------------|--------|
| Foz do Iguaçu | 003/85 |
| Guarapuava    | 004/85 |
| Londrina      | 005/85 |
| Maringá       | 006/85 |
| Paranaguá     | 007/85 |
| Paranavaí     | 008/85 |
| Ponta Grossa  | 009/85 |

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa

#### Indicação:

##### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja indicado o nome do ilustre Deputado Rubens Bueno, para compor a Comissão Especial, criada para discutir os problemas referentes aos alunos do curso de Fonoaudiologia da Faculdade Católica do Paraná.

Sala das Sessões, em 20/08/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n. 05/84, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que dá nova redação ao Art.3.º, da Resolução n. 37, de 16 de setembro de 1981, estabelecendo regramento para as Sessões Solenes de entrega de Título de Cidadão Honorário, REQUERENDO, outrossim, o prosseguimento normal da referida proposição, que se encontra em poder do Gabinete da 1.ª Secretaria, desde 23/04/85.

Sala das Sessões, em 20/08/85.

(a) CAÍTO QUINTANA:

Líder do Governo e do PMDB.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por objetivo restabelecer a tramitação normal da referida proposição, que visa regulamentar a feitura de Sessões Solenes somente nas sextas-feiras, de vez que o atual sistema por vezes interrompe as seqüências de Sessões Ordinárias, o que não contribui em nada para a manutenção da real imagem de que deve dispor o Poder Legislativo.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Resolução n. 58/85, que regulamenta Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 20/08/85.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência para discussão e votação do Projeto de Resolução n. 76/85, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 20/08/85.

(a) ANIBAL KHURY.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 (cinco) sessões, o Projeto de Lei n. 321/84, de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos, que autoriza o Poder Executivo a intituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC.

Sala das Sessões, em 20/08/85.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS e  
CAÍTO QUINTANA.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja inserida nos Anais deste Poder, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora DOMINGAS SCROCCARO MAROCHI, ocorrido em 17 de julho próximo no passado, em São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 20/08/85.

(a) ANIBAL KHURY.

#### JUSTIFICATIVA:

A Senhora DOMINGAS SCROCCARO MAROCHI, (Minga) como era conhecida foi pessoa boníssima, humilde, mãe dedicada e dona de casa exemplar.

Dona Domingas exercia atividades religiosas junto ao Movimento das Capelinhas (zeladora), Apostolado da Oração e Legião de Maria, desenvolvendo também um grande trabalho de assistência Social.

Nascida em 22 de novembro de 1919, no bairro de Umbará em Curitiba, era viúva a dezenove anos de José Marochi. Residia em São José dos Pinhais há quarenta e um anos

desde o seu casamento, do qual deixou quatro filhos: Adir José Marochi - Assessor Administrativo da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, casado com a Senhora Elizete do Carmo Kozlovski Marochi; Maria Angelica, professora estadual, atualmente ocupante do Cargo de Inspetora Estadual de Educação de São José dos Pinhais; Regina Josefina, professora da Escola Unidade Polo; Celso Antônio, funcionário da Artex S/A, casado com Maria Claret Trevisan Marochi, Diretora do jardim de Infância Grilo Falante, em São José dos Pinhais.

Deixa ainda dois netos: Angela Carolina e Leandro José.

REQUER, ainda, que da decisão deste Poder, seja dada ciência à família enlutada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, que se conste em Ata um voto de profundo pesar pelo triste passamento da Senhora JOANA JESS MICRUTE, ocorrido em 16 de julho próximo passado, em São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 20/08/85.

(a) ANIBAL KHURY.

#### JUSTIFICATIVA:

Joana, a falecida, de prendas domésticas, sempre foi uma esposa dedicada, mãe extremosa e dotada de profundo espírito religioso, sendo ao longo de sua existência, admirada e enaltecida por todos que a conheceram.

Nasceu em São José dos Pinhais, no interior dia 26 de dezembro de 1917, e era casada com o Senhor Felix Micrute, comerciante de grande conceito no município.

Deixa a extinta, além de dez netos e dois bisnetos, os seguintes filhos: Irene, comerciante, casada com o Senhor Álvaro Pallu; Maria de Lourdes, professora, casada com o Senhor Cezário Pallu; Pedro, funcionários chefe do BANESTADO, casado com a Senhora Adélia Micrute.

REQUER, ainda, que da decisão deste Poder, seja dada ciência à família enlutada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, que se conste em Ata, um voto de profundo pesar pelo passamento do prestante cidadão, Senhor ROSILDO ROCCO, ocorrido em São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 20/08/85.

(a) ANIBAL KHURY.

#### JUSTIFICATIVA:

Como ser humano, conhecendo como conhecemos o comerciante Rosildo, sentimos profundamente o seu desaparecimento associando-nos às manifestações justificadas de pesar, enviadas aos familiares do extinto.

Rosildo Rocco faleceu em São José dos Pinhais, em 28 de junho próximo passado. Nasceu no dia 01/05/1903, naquela cidade e era casado com dona Hellena Scherner Rocco, deixando os seguintes filhos: Leony Russy Rocco, casada com Orlando Rodrigues Teixeira; Lydia Rocco Zeni, casada com Hailton João Zeni; João Rocco, casado com Arilda Zeni Rocco e Ivo Antonio Rocco, casado com Marli Vercesi Rocco. Deixou ainda o falecido, sete netos e três bisnetos.

Rosildo sempre residiu em São José dos Pinhais onde construiu vasto círculo de sólidas amizades. Foi exemplar chefe de família, educador respeitável e comerciante altamente conceituado, merecendo com isto, o carinho e o amor de todos os seus familiares e daqueles, que como nós tiveram a feliz oportunidade de conhecê-lo.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, que se conste em Ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor SEBASTIÃO RUBENS NOGUEIRA, ocorrido em 19 de julho próximo passado, em São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 20/08/85.

(a) ANIBAL KHURY.

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos nesta data, com profunda tristeza, prestando nossa homenagem póstuma, lamentando o desaparecimento do querido RUBENS, que foi em vida, verdadeiro exemplo de trabalho, dedicação familiar e de caráter, norteador todos os seus passos para a prática do bem e da conquista de sólidas amizades.

Ainda remozado, deixa o extinto numerosa família, constituída dos seguintes filhos: Alberto Alexandre Gonçalves Nogueira, casado com Glacir Melo Nogueira; Odete Nogueira Plantes, casada com João Plantes; Antônio G. Nogueira, casado com Célia Nogueira; Dario G. Nogueira; e Maria Izabel, Adélia, Oscar e Rubens Alexandre, solteiros, além de nove netos.

Sebastião era casado com dona Emília G. Nogueira. Foi comerciante por longo tempo e vinha há alguns anos gozando de merecida e justa aposentadoria, falecendo aos sessenta anos.

REQUER, outrossim, que da decisão des-

te plenário, seja dada ciência à família enlutada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar, com inserção em ata dos Trabalhos da presente sessão, pelo falecimento da SENHORA UMBELINA ZANOTTI, esposa do Senhor SÉTIMO ZANOTTI e mãe do ex-Deputado Federal, EXPEDITO ZANOTTI, ocorrido em Faxinal, no dia 13 de agosto de 1985.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência à família da extinta, dirigindo-se para o Senhor MÁXIMO ZANOTTI a/c da Prefeitura Municipal de Faxinal - 86.840 - FAXINAL - PR.

Sala das Sessões, em 20/08/85.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

A homenagem póstuma que prestamos a grande figura humana da SENHORA UMBELINA ZANOTTI, justifica-se plenamente por ter sido, juntamente com seu esposo, MÁXIMO ZANOTTI, uma pioneira, que muito contribuiu para o engrandecimento da comunidade faxinalense.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que se conste em Ata, um voto de profundo pesar pelo infausto passamento do pranteado e sempre lembrado, FRANCISCO DIRCEU CHIURATTO, bancário, aposentado, ocorrido em Curitiba no Hospital Evangélico dia 18 do corrente, às 22:00 horas.

Sala das Sessões, em 20/08/85.

(a) ANIBAL KHURY.

#### JUSTIFICATIVA:

Francisco Dirceu Chiuratto, nascido na cidade de São José dos Pinhais, foi um homem bom, humilde, católico praticante e excelente chefe familiar, desaparecendo ainda novo, com apenas cinquenta e quatro anos.

Como bancário, em sua época efetiva, prestou relevantes serviços ao BANESTADO, nele operando nas mais diferentes cartelas, inicialmente em nossa cidade, onde foi escriturário, chefe de serviço, contador e finalmente Gerente, sempre com destacada atuação, ao longo de sua carreira. Como prêmio, recebeu da diretoria do Banco acima, o elevado encargo de INSPETORIA REGIONAL, nele permanecendo até o final de sua expressiva carreira, culminando com sua merecida e justa aposentadoria por tempo de serviço.

Nascido em 1.º de agosto de 1931, em São José dos Pinhais, era o extinto casado com a Senhora dona Maria Nahyr Purkot Chiuratto, deixando os seguintes filhos: Rosemary do Rocio C. Vianna, casada com José Henrique; Renato Luiz, casado com Edina Ricardo; André Lourenço, casado com Kátia Matos; e Cezar Francisco e Vera Lúcia, ambos solteiros. Deixou ainda os seguintes netos: Grazielle, Ana Cecília e Michelle.

REQUER, ainda, que da decisão deste Plenário seja dada ciência à família enlutada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, registro nos Anais desta Casa, de voto de pesar, pelo falecimento da Senhora CATARINA JARROS, ocorrido recentemente na cidade de Porto Rico. Que, da decisão, se dê ciência aos seus familiares por intermédio da Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 20/08/85.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

Oriunda da distante Romênia, ainda nos idos de 1954, estabelecia-se com o ramo de hotelaria, na nascente cidade de Porto Rico, às margens do Rio Paraná, a Senhora Catarina. No início do último recesso parlamentar, neste mês de julho, a Dona Catarina deixava a vida para se perenizar nas páginas da história da comunidade de Nossa Senhora dos Navegantes de Porto Rico. É justo que este Poder Legislativo preste sua homenagem àquela que, por força do seu trabalho, de sua vontade de vencer e da grandeza de seu coração, soube se fazer merecedora da admiração por parte de todos os que tiveram a aventura de gozar o seu convívio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a aprovação do Plenários, o registro nos Anais desta Casa, de voto de pesar pelo falecimento do Senhor EGIDIO FERRO, ocorrido no último dia 4, na cidade de Santa Isabel do Ivaí. Que, da decisão, se dê ciência aos seus familiares, através da Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 20/08/85.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Santa Isabel do Ivaí destaca-se no cenário da produção paranaense, mercê da pujança de sua agropecuária.

Cabe a este Poder reverenciar a memória do pioneiro Egidio Ferro, o qual, em vida, ao lado de sua laboriosa família, contribuiu para o crescimento e o desenvolvimento da região.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de pesar, pelo falecimento do Senhor PEDRO ROGÉRIO NOBRE, ocorrido no dia de ontem, 14 de agosto, na cidade de Santa Isabel do Ivaí. Que, dê decisão, se dê ciência aos seus familiares, por intermédio da Câmara Municipal de Vereadores. REQUER ainda, o envio de cópia deste requerimento à Associação Atlética Santa Isabel.

Sala das Sessões, em 20/08/85.

(a) NILSO SGUAREZI.

## JUSTIFICATIVA:

A cidade de Santa Isabel do Ivaí está de luto. Em data de ontem, perdeu mais um dos moradores por ela adotados. O desaparecimento, de forma súbita e traiçoeira, do microempresário PEDRO ROGÉRIO NOBRE, proprietário de uma pequena sapataria, enche de tristeza a população isabelense, notadamente os meios desportivos. Pedrinho Sapateiro, como era carinhosamente chamado, há muitos anos passados, destacou-se como um dos maiores astros da Associação Atlética Santa Isabel.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor GIOCONDO DALL'STELLA, ocorrido no dia 16 de julho próximo passado, na cidade do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 20/08/85.

(a) ANIBAL KHURY.

## JUSTIFICATIVA:

Giocondo Dall'Stella, era casado com a Senhora Dagmar Rocha Dall'Stella, tendo uma filha, Laís, casada com o Senhor Werner Schimidt, conceituado empresário no Município de São José dos Pinhais.

Foi Vereador por aquele município, na legislatura de 1964 a 1968, ocupando nesse período a Presidência da Câmara Municipal, prestando inúmeros benefícios àquela comunidade, na representação do Poder Legislativo.

Foi também, o primeiro Prefeito Municipal de Agudos do Sul, quando do desmembramento de Tijucas do Sul.

Durante sua estada naquele município, cultivou muitas amizades, deixando marcada a sua honestidade e anseio pelo bem de São José dos Pinhais.

REQUER, outrossim, que da decisão deste Plenário, seja dada ciência à família enlutada.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento em Cascavel do Sr. JOÃO RANGHETTI, ocorrido no dia 15 de agosto de 1985.

REQUER ainda o envio de cópia do presente ao DD. Vereador Osmar Ranguetti - Câmara dos Vereadores - Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 20/08/85.

(a) EDGARD PIMENTEL.

## JUSTIFICATIVA:

O Sr. João Ranguetti viveu mais de vinte anos em Cascavel onde criou seus filhos, consagrando sua vida a serviço do desenvolvimento de Cascavel. Constituiu-se um verdadeiro pioneiro, participando ativamente dos acontecimentos políticos, sociais e comunitários de Cascavel.

Amigo de todos possuía um vasto círculo de relações espalhado por toda a região Oeste do Paraná. Sua vida está plenamente inserida na própria história regional. Sua morte deixa imensa lacuna no seio da sociedade cascavelense.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de "voto de profundo pesar" pelo passamento do Gal. GASPAR PEIXOTO COSTA, ocorrido em data de 19.08.85.

No desempenho de suas atividades profissionais, ocupou, com a maior lisura e responsabilidade, cargos de relevância como: Secretário de Estado de Segurança, no Paraná, Presidente da Loteria do Estado e Comandante do 13.º Regimento de Infantaria de Ponta Grossa.

Membro de tradicional família de Ponta Grossa, o extinto era casado com a Sra. BERMAIR SAVIO COSTA, de saudosa memória, e deixa os seguintes filhos: Cel. José Luiz Savio Costa e Te. Cel. Marco Antonio Savio Costa.

O Passamento do Gal. Gaspar Peixoto Costa veio abrir uma enorme lacuna no seio da família e à sociedade pontagrossense, onde gozava do mais alto conceito e admiração dos muitos amigos que possuía.



Desta decisão, requer, ainda, seja dada ciência aos seus familiares, no endereço: Rua São Thomaz de Aquino, 11 - Ap.31 - Batel - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento de Carlos Eduardo Michelli ocorrido em 13 de julho próximo passado, em nossa Capital.

O jovem Carlos Eduardo era filho do nosso amigo e companheiro Erotides Angelo Michelli, ex-prefeito e atual Presidente do Diretório Municipal de Mandirituba, e de Mariuva Ursulina Michelli, perdeu a vida prematuramente em lamentável acidente motociclístico, deixando uma grande lacuna naquele município, pois era possuidor de grandes amizades em toda comunidade.

Em sua curta existência deixou vasto número de amigos, que jamais o esquecerão, devido ao seu espírito jovial e entusiasmado.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada na pessoa de seu genitor.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora BALBINA MACHADO, ocorrido nesta cidade de Curitiba, no último dia 18.

Uma vez aprovado o presente, solicito que se dê ciência à família enlutada na pessoa de seu esposo Senhor JUVENAL DE ASSIS MACHADO, Rua Silva Jardim 2132 - 3.º andar - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) LEONIDAS CHAVES.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido dia 15 do corrente mês, na cidade de Marumbi, do Senhor PEDRO GUZZI.

Tal passamento vem de causar consternação à Sociedade de Marumbi, tendo em vista que Pedro Guzzi era pessoa de conceito elevado, tanto no setor comercial como no setor de agricultura onde sempre desenvolveu sua atividade com denodo participando ativamente no desenvolvimento

daquela comuna desde a criação do Distrito.

Falecido aos oitenta e três anos de idade, deixa viúva a senhora Rosa Villa, filhos netos e bisnetos e largo círculo de amizade.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, na pessoa da Senhora Rosa Villa, residente à Praça Bom Jesus s/n., Município de Marumbi-PR.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido dia 18 do corrente, do Senhor ANGELO SAÇO, na cidade de Jandaia do Sul.

O extinto era agricultor e antigo morador daquele município; onde exercia atividades beneficentes, principalmente junto à Sociedade São Vicente de Paula.

Faleceu com setenta e quatro anos de idade, dos quais grande parte vividos em Jandaia do Sul, deixou cinco filhos e um número incalculável de amigos, deixando toda a comunidade consternada.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada na pessoa do Sr. Artenio Saço, filho do falecido, residente em Jandaia do Sul.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) GILBERTO CARVALHO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento da jovem ROSANA PIGNATARO DELGADO, ocorrido dia 18 do corrente mês, em São Paulo; haja vista que a mesma é filha do Senhor Adelmo Delgado, que é pioneiro em Paranaíba, e titular do Cartório de Registro de Imóveis daquele município.

Solicitamos ainda, que seja enviado expediente à família enlutada, no endereço abaixo, pois Paranaíba, perdeu um de seus expoentes máximos de sua juventude, com o falecimento desta jovem.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, seja criada uma Comissão Parlamentar Especial para a Região Metropolitana de Curitiba e Sul do Paraná, de caráter temporário, nos termos do Regimento Interno.



Esta Comissão terá a seu cargo conduzir estudos de natureza parlamentar e reivindicações em apoio à comunidade, para a solução dos problemas de natureza econômico-social na Região Metropolitana de Curitiba e Sul do Paraná, especialmente quanto à urbanização acelerada e oportunidades de empregos na área metropolitana; e integração econômico-social no Vale da Ribeira, Litoral e Região Sudeste do Paraná.

Ademais, requerem que no ato de sua instalação, a Comissão se subdivida em Subcomissões Especiais para o Vale da Ribeira, Litoral, Região Sudeste e Região Metropolitana de Curitiba, escolhendo seus respectivos presidentes, conforme as regras regimentais aplicáveis, com a participação de vinte e três Deputados.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.  
(aa) ACYR MEZZADRI, ADHAIL SPRENGER PASSOS, ERONDY SILVÉRIO, CAÍTO QUINTANA, ROBERTO REQUIÃO, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, AIRTON CORDEIRO, LEONIDAS CHAVES, QUIELSE CRISÓSTOMO, ANIBAL KHURY, OSVALDO ALENCAR FURTADO, IVAN GUBERT, TRAJANO BASTOS, ERVIN BONKOSKI, EDMAR LUIZ COSTA, ARTAGÃO MATOS LEÃO, EZEQUIAS LOSSO, ANTÔNIO ANNIBELLI, DONATO GULIN, NELSON BUFFARA, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, NESTOR BAPTISTA e ODENI MONGRUEL.

#### JUSTIFICATIVA:

##### 1. FUNDAMENTAÇÃO

Conforme debates parlamentares já iniciados, a área de colonização tradicional do Paraná, compreendendo o Sul do Estado e a Região Metropolitana de Curitiba, vêm padecendo de uma perda de dinamismo estrutural, que se reflete no baixo índice de integração de suas Microregiões, especialmente o Vale da Ribeira, o Litoral e o Sudeste do Paraná. Além disso, as projeções demográficas indicam o agravamento das condições de ocupação humana da Região Metropolitana de Curitiba, devido ao fenômeno da migração urbana, que será acelerado na medida em que não forem criadas condições para retenção do homem que habita aquelas regiões deprimidas do Sul do Paraná.

Ademais, em reunião realizada nesta Casa de Leis, em 11 de julho de 1984, mais de uma dezena de Deputados Estaduais e representantes de órgãos comunitários, concluíram pela conveniência de ser organizada a Comissão Parlamentar Especial ora requerida, para o trato articulado dos problemas do Sul do Paraná e Região Metropolitana. De lá para cá diversas negociações foram conduzidas, em todas as Bancadas, culminando com o consenso dos Deputados que subscrevem este requerimento, em torno da estruturação desta Comissão.

Entendem os signatários que a formulação deste Órgão parlamentar contribuirá para agilizar a presença do Poder Legislativo, como foro de estudo e canal de reivindicação de expressiva parcela da sociedade paranaense.

##### 2. ESTRUTURAÇÃO

O modelo proposto, de uma Comissão Parlamentar Especial com larga abrangência, destina-se a aplicar o espírito da reforma regimental em andamento na Casa. Comissões Parlamentares amplas permitem a abordagem mais estruturada de demandas políticas afins, constituindo-se verdadeiros mini plenários.

A prática de Países com sólida tradição de vitalidade parlamentar mostrou que tais comissões amplas são mais operatórias que a pulverização de organismos congressuais constituídos para fins específicos.

Doutro lado, no próprio corpo do requerimento é solicitada a participação da Comissão Especial em subcomissões especializadas, vencendo assim o único obstáculo que poderia ser invocado: o da multiplicidade de aspectos de trabalho no âmbito da comissão pretendida.

Tais Subcomissões, operando com um Presidente e membros próprios, mas se reportando ao núcleo comum, facilitarão ainda a prestação de apoio logístico por parte do pessoal da Secretaria da Assembléia na pretendida agilização da intervenção parlamentar objeto deste pedido.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata desta sessão, um voto de congratulação ao Reverendo ALTHAIR COSTA e SOUZA pelo início de seu revolucionário plano de organização de creches para atendimento de menores carentes com a inauguração de unidade modelo ocorrida no último domingo, dia 18 de agosto junto ao templo da Igreja do Evangelho Quadrangular do Jardim Ambiental.

A notável iniciativa do eminente magistrado que teve com exemplar atuação no juizado de menores, faz parte de um projeto mais amplo, (denominado CREIA) que abrange a utilização da Ilha das Cobras, conforme a imprensa já divulgou. No referido local, menores viciados em drogas e à disposição da justiça poderão ser atendidos e profissionalizados com o apoio da Universidade Federal do Paraná, através do Centro de Biologia Marinha.

Outrossim, aprovado este requerimento dê-se ciência da decisão da Casa ao Reverendo Althair Costa e Souza, à Igreja do

Evangelho Quadrangular do Jardim Ambiental e ao Juizado de Menores desta Capital.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de votos de congratulações e cumprimentos, manifestados à Direção da Cooperativa Agropecuária Arapoti Ltda., na pessoa do seu Presidente, Sr. Leonard Nordegroff, extensivo aos demais integrantes, pelo feliz evento que marcará de 05 a 07 de setembro p. vindouro, o 25.º Aniversário daquela Cooperativa.

Ressalta ainda, em mesma ocasião, as comemorações alusivas aos vinte e cinco anos da iniciação da Colônia Holandesa na região de Arapoti, o que trouxe significativa contribuição ao desenvolvimento econômico do município, especificamente no setor agropecuário.

Desta decisão, requer seja dado ciência àquela Presidência, no seguinte endereço: Rua Moisés Lupion, n. 135 - Arapoti-PR.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações ao Engenheiro Civil TOYOSKI SAKAY, pela sua investidura na chefia do 9.º VC Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Requer outrossim, seja dado ciência da decisão da Casa ao Engenheiro Sakay a Av. Victor Ferreira do Amaral - Tarumã.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo como objetivo comungar com a investidura do Engenheiro Civil Toyoski Sakay, nas elevadas funções de chefe do 9.º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, buscamos prestigiar um jovem profissional paranaense que temos certeza com sua capacidade procurará solucionar a curto prazo questões atinentes aos serviços afetos aquele Distrito.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da presente sessão, de atos de congratulações dirigidos à Rádio Humaitá pela comemoração, no dia de hoje, dos seus cinco anos de fundação na Municipalidade de Campo Mourão, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Diretor Responsável Nelson Amaral.

Não há a menor dúvida de que o respaldo alcançado graças ao excelente nível de programação levado ao ar diretamente para toda a região, deve-se, sobretudo a dedicação e competência de seus profissionais, que, ao longo dos seus cinco anos de existência, tornou-se presença marcante e indispensável na vida de uma região que tem crescido com a participação, também, dos veículos de comunicação, onde a Rádio Humaitá destacou-se.

Neste sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia deixar de Requer o devido registro nos Anais desta Casa de Leis, da passagem do quinto aniversário da Rádio, Humaitá, como reconhecimento aos seus trabalhos relevantes que prestou e continua a desenvolver, voltados fundamentalmente para os verdadeiros e legítimos interesses de sua gente, particularmente da região de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações dirigidos à Rádio Goioerê pela comemoração, ocorrida no dia de ontem, dos seus vinte e três anos de existência, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Responsável, Oripe Carrião.

No último dia 10, o Município de Goioerê, dentro de uma interna programação alusiva ao evento, comemorou seus trinta anos de emancipação política e administrativa. Neste mesmo momento histórico para aquela cidade, houve, por parte da comunidade, a reafirmação da necessidade de continuar a crescer, já que esta é sua vocação. Muitos são os aspectos do município que bem demonstram tal condição para que haja um desenvolvimento ainda maior.

Neste sentido e no que diz respeito aos setores que foram sua coletividade, fora de qualquer dúvida, os meios de comunicação têm destaque especial neste processo, como a Rádio Goioerê. Esta vigorosa emissora de rádio-difusão tem traduzida de maneira inequívoca as mais legítimas manifestações culturais da região, sendo responsável por uma parcela das mais signifi-

cativas na vida daquela cidade.

Os trinta anos de Goioerê confundem-se, quanto à sua história, com a Rádio Goioerê nos seus vinte e três anos de funcionamento, exatamente por ter sido um fiel registro do que mais aconteceu de importante, principalmente com relação às aquelas iniciativas que objetivassem colocar Goioerê numa posição de destaque, nos mais diversos contextos sociais.

Por isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia deixar, através do presente requerimento, de congratular-me com a Rádio Goioerê face os seus vinte e três anos de existência, dirigindo os meus cumprimentos de modo todo especial a todos aqueles que passaram por aquele veículo de comunicação ao longo dos seus anos, assim como parabenizar os atuais diretores e a todo o corpo de funcionários que, com dedicação, desenvolvem um trabalho altamente profissional e sério.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Moção de Apoio desta Assembléia Legislativa, ao Projeto de Lei n. 1.880/83, em tramitação na Câmara Federal, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Aldo Arantes, que objetiva a organização de entidades representativas dos estudantes de 1.º e 2.º graus e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

No cansaço do autoritarismo fundaram-se as motivações que reuniram os anseios de mais de dez milhões de brasileiro sem todos os recantos do País.

É na concretização desses anseios, na busca de uma democracia plena onde todos os segmentos da sociedade possam organizar-se livremente em Entidades participativas e atuantes, que deve ser fundamentado o alicerce de um governo que deverá deixar marcas indelévels na História do Brasil. Dentre os muitos itens a serem abordados na busca do ideal democrático, deve ser incluído o do direito da organização livre dos estudantes para que possam a par do desenvolvimento de suas atividades culturais e esportivas, expor os seus anseios e participarem ativamente da vida do País, num exercício de democracia que virá prepará-los para o futuro, amadurecendo-os e preparando o Brasil de amanhã adulto e forte, onde as instituições livres serão praticadas por homens livres.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que as atuais serventes que já estão trabalhando e estão percebendo salários pelas Prefeituras, sejam aproveitadas pela Secretaria da Educação, independente de concurso público para estas zeladoras.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma medida justa, pois as serventes que já estão prestando serviços nos Estabelecimentos de Ensino, continuarão a prestar tais serviços, só que como integrante efetivo dos quadros da Secretaria da Educação, e não mais recebendo salários das Prefeituras Municipais, passando, assim, a serem funcionárias do Executivo Estadual, sem prestarem concurso público.

Assim sendo, solucionaríamos a situação anômala destas pessoas, que labutam nas escolas da Rede Estadual de Ensino.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor GILBERTO GERALDO GARBI, Mui Digno Presidente da TELEPAR, solicitando as providências necessárias para a urgente implantação de monocanais para a instalação de Postos de Serviços nas localidades de São Sebastião do Cedro e Camboin, no município de Capanema, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

A comunicação sempre foi fator importante e praticamente imprescindível ao desenvolvimento das comunidades. As localidades de São Sebastião do Cedro e Camboin, distantes aproximadamente oito quilômetros do Posto Telefônico mais próximo, ressentem-se pela falta deste meio de comunicação.

Confiantes no plano de Governo atual, fazemos este apelo à TELEPAR, certos de que seremos atendidos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário,

seja encaminhado ofício à Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja viabilizada, através da FUNDEPAR, a iluminação pública da cancha de esportes da Escola Estadual Monteiro Lobato, no município de Dois Vizinhos, dando-se ciência deste requerimento ao Excelentíssimo Senhor Dedi B. Montagner, Prefeito Municipal, bem como à direção da referida Escola.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

#### JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Monteiro Lobato inaugurou recentemente sua cancha esportiva, construída com o esforço da comunidade, a qual possibilitará a prática de educação física e esportes a mais de oitocentos alunos, em diferentes turnos. Todavia, esgotaram-se os recursos, não havendo disponibilidade para a iluminação da cancha, razão do nosso apelo à Secretária da Educação para que a mesma seja viabilizada através da FUNDEPAR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração no sentido de que se realize estudos apropriados objetivando avaliar as reais possibilidades em auxiliar, num menor espaço de tempo possível, os trabalhos de reformas gerais em vários estabelecimentos de ensino localizados na municipalidade de terra boa.

A presente solicitação é de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Elso Garcia Segura. Na condição de Prefeito Municipal daquela cidade, o mesmo tem manifestado de maneira inequívoca sua preocupação ante o atual estado em que se encontram vários estabelecimentos de ensino pertencentes à rede municipal de educação. A precariedade de tais instalações, em muitos casos, tem comprometido até mesmo a higiene e segurança de seus frequentadores, ante os riscos a que estão sujeitos.

Vale acrescentar ainda que, embora tratem-se de prédios públicos de responsabilidade do referido município, mais especificamente da Prefeitura, a participação da Secretaria de Estado da Administração é de vital importância, uma vez que o Poder Público não dispõe, em sua dotação orçamentária, de recursos que permitam, sozinho, garantir, num menor espaço de tempo possível, as pretendidas reformas.

Diante da exposição de motivos, espera-se o encaminhamento de medidas que viabilizem o atendimento do que ora é solici-

tado, a fim de não comprometer ainda mais o bom funcionamento do setor educacional de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná -, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de avaliar as reais possibilidades de se liberar recursos orçamentários a serem aplicados na construção de uma quadra poliesportiva no Colégio João XXIII - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na municipalidade de Janiópolis.

Trata-se de uma antiga reivindicação formulada pela Ilustríssima Senhora Divanir Romualdo Simões. Esta, na condição e Diretora daquele referido estabelecimento de ensino, conforme correspondência encaminhada, afirma ser de fundamental importância a construção de uma quadra de esportes, visto que é grande o número de estudantes que, em sua maioria, não dispõe de mecanismos pelos quais possam, efetivamente, desenvolver a Educação Física, conforme prevêem as normas curriculares vigentes.

Ademais, esta mesma solicitação conta com apoio expresso da Ilustríssima Senhora Maria Sales de Freitas, inspetora de ensino e do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Janiópolis, Luiz Francisco Simões. Ambos vêm, de há muito tempo, não apenas e tão somente se posicionando frente a este assunto, mas sobretudo feito gestões aos órgãos competentes objetivando concretizar a presente proposta.

Face a exposição de motivos, espera-se da FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação, o encaminhamento de medidas, o mais urgente possível, que possam, de maneira efetiva, concretizar a construção de uma quadra de esportes naquele tradicional educandário de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora

Secretaria de Estado da Educação visando a destinação de equipamentos para a cozinha do Colégio Estadual Helena Kolody - Ensino de 2.º grau, localizado na municipalidade de Terra Boa.

A presente solicitação se faz necessária tendo em vista reivindicação formulada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal daquela cidade. Elso Garcia Segura salienta que há muito tempo vem se pretendendo equipar a referida cozinha. Ademais, os equipamentos normais a qualquer cozinha de escola servirão principalmente e fundamentalmente para a confecção de merenda, a ser distribuída ao conjunto de estudantes.

Nesse sentido, ante ao exposto, espera-se da Secretaria de Estado da Educação o encaminhamento de atitudes que resultem no atendimento do que ora é reivindicado. Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná -, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da instalação de um aparelho telefônico na Escola Estadual Rui Barbosa - Ensino de 1.º grau, localizada na municipalidade de Mamborê.

A escola Estadual Rui Barbosa, importante e tradicional estabelecimento de ensino de Mamborê, está a reivindicar, já de há muito tempo, que a FUNDEPAR, através da Secretaria de Estado da Educação, autorize a instalação de um aparelho telefônico.

Tal medida, quando tornar-se realidade, permitirá, seguramente, a agilização dos trabalhos de responsabilidade do referido estabelecimento, pondo fim, deste modo, aos constantes transtornos atualmente verificados tendo em vista a ausência de um canal direto de comunicação.

Ademais, vale lembrar ainda que esta solicitação é de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal daquela cidade, Ivo Brunetta, conforme correspondência encaminhada neste sentido, ao Deputado que abaixo subscreve.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor

Gilberto Geraldo Garbi, Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, solicitando estudos para viabilizar a ampliação do número de terminais telefônicos para o município de Mandaguari.

Isto deve-se ao fato de que Mandaguari passa por uma fase de grande progresso, mormente, no setor industrial onde as indústrias atuais se expandem e novas indústrias são instaladas e não existem linhas telefônicas, fato este que provoca grandes problemas ao município.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor diretor da Emopar - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo a realização de obras objetivando a reconstrução da Escola Estadual Manoel Antônio da Cunha - Ensino de 1.º grau, localizada no Distrito Administrativo de Malu, pertencente à municipalidade de Terra Boa.

A situação em que se encontra o prédio atual do referido estabelecimento de ensino em Malu é alarmante. Suas instalações não oferecem, há muito tempo, condições de segurança, conforme manifestação neste sentido apresentada pelo Excelentíssimo Senhor Elso Garcia Segura. Na condição de Prefeito daquela progressiva cidade, o mesmo tem sentido de perto a situação considerada grave da Escola Estadual Manoel Antônio Cunha, quanto às suas instalações.

Ademais, o citado educandário é imprescindível para muitos estudantes do Distrito, cujos pais têm também reiterado suas preocupações face ao seu estado.

Cabe à Secretaria de Estado da Administração, através da EMOPAR, adotar, com a máxima urgência que o assunto exige, medidas concretas que permitam, efetivamente, iniciar a reconstrução da Escola Estadual Manoel Antônio Cunha, o que vem sendo esperado por toda a comunidade de Terra Boa, particularmente de Malu.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social no

sentido da instalação de um aparelho telefônico nas dependências do posto de Saúde localizado na municipalidade de Mamborê.

A instalação de um aparelho telefônico é uma necessidade muito antiga, pois, com este meio de comunicação, será possível agilizar sobremaneira os trabalhos relativos do posto de saúde de Mamborê.

Neste sentido, atendendo solicitação formulada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal daquela cidade, Ivo Brunetta, espera-se, deste modo, que a Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social providencie o atendimento do que ora é reivindicado.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a imediata liberação de cento e vinte carteiras para a Escola Municipal Henrique Soares de Coimbra, localizada na municipalidade de Iretama.

A iniciativa da presente solicitação é do Excelentíssimo Senhor Humberto Gomes Martins. Na qualidade de Prefeito Municipal de Iretama, aquela Administração tem posto em prática medidas concretas visando ampliar as oportunidades de ensino naquela cidade, através do aumento de ofertas e do número de vagas à disposição da população.

Neste sentido, faz-se necessário a colaboração sempre indispensável da FUNDEPAR e da Secretaria de Estado da Educação quanto à liberação de pelo menos cento e vinte carteiras para o referido estabelecimento de ensino, a fim de permitir o seu bom desenvolvimento das atividades.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de ofícios aos Senhores Ministros da Indústria e Comércio e das Minas e Energia, sugerindo a extensão do benefício do desconto do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados - já concedido aos motoristas de táxis, também aos senhores vendedores autônomos.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

O vendedor autônomo (caixeiro-viajante) é um elo imprescindível na ligação indústria-comércio. Vive praticamente a maior parte do seu tempo dentro de um automóvel, percorrendo regiões e Estados inteiros. Sua vida, devido aos desvarios do trânsito, está sempre exposta ao perigo. No cumprimento de tão importante missão, sua renda é altamente erodida pelas constantes elevações dos preços das peças de manutenção, dos acessórios, dos pneus e pelos elevados custos do combustível. Senhor Presidente, Senhores Deputados, são estas as principais razões para sugerir às autoridades nominadas neste requerimento, a extensão do benefício do desconto do IPI, já concedido aos taxistas, também à classe dos vendedores autônomos, desde que comprovem o exercício da função há mais de cinco anos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Gilberto Garbi, Digníssimo Presidente da TELEPAR, em que solicita atendimento à reivindicação de instalação de um Posto de serviço na comunidade de Santa Rita e telefone público para os Distritos de Santa rosa de Ucuí e São José do Itavó, todos localizados no município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

A política do Governo José Richa, no que se refere à expansão da rede de comunicações, em todo o Estado, encontra amplo respaldo nas comunidades que apresentam espetacular crescimento, como nas supra citadas. Desta forma, para que este crescimento seja ordenado harmonioso, faz-se necessário suprir-se este serviço de utilidade pública.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Waldyr Pires, Ministro da Previdência Social; Ilustríssimo Senhor Doutor Hélio Albuquerque Cordeiro, Presidente Nacional do INAMPS; Ilustríssimo Senhor Doutor Delcino Tavares da Silva, Superintendente Regional do INAMPS-Pr.; Ilustríssimo Senhor Doutor Iran Roberto Brzezinski, Superintendente Regional do IAPAS-Pr.; e Ilustríssimo Senhor Francisco Rafael Di Lasso, Superintendente Regional



do INPS-Pr., solicitando o apoio na criação da agência do INAMPS no município de Cianorte, que conta com setenta mil habitantes.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação prende-se ao fato de que a referida agência viria atender a mais 9 (nove) municípios da região circunvizinha, que atualmente têm obrigado seus associados ao deslocamento ao município de Umuarama, a noventa e seis quilômetros da região onde se pretende a referida instalação, além de tratar-se de população eminentemente carente.

Esta reivindicação representa um antigo anseio da comunidade, tendo sido requerida em outras ocasiões, sem contudo ter merecido o atendimento da antiga administração.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente-sugestão endereçado a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, doutor Luiz Cordoni Júnior, propondo a construção e seguida implantação de um mini-posto de saúde no Núcleo Habitacional de Casas Populares de Tapejara, com cento e setenta casas e população de 1.000 residentes, em convênio a ser estabelecido entre a SESB e a Prefeitura Municipal de Tapejara.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

Temos, por índole, ajudar ou ampliar, de alguma forma, o sistema de assistência médico-ambulatorial-social. Como Deputado médico, visitando e conhecendo com profundidade as necessidades populares, destaquei a oportunidade de se prestar serviços médico-ambulatoriais junto a uma população residente de 1.000 pessoas do Núcleo Habitacional de Casas Populares da sede do município de Tapejara. Trata-se de uma comunidade de poucos recursos, carente de nível aquisitivo para dar melhor trato a sua saúde, em especial ao grande número de crianças de nutrição carente. O município de Tapejara se enquadra na esfera de pequenos municípios, de baixa renda e que por isso deve merecer a nossa atenção administrativa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

A Deputada que subscreve o presente,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao senhor GILBERTO GERALDO GARBI, Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um aparelho telefônico "ORELHÃO", na rodoviária da cidade de Boa Esperança, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

Atendendo a vários pedidos de moradores daquela cidade na qual os mesmos justificam a necessidade da colocação do referido ORELHÃO na rodoviária, pelo motivo de não haver aparelho algum naquela área, sendo que, ali se concentra: colégios, bancos, Prefeitura, Câmara Municipal e comércio em geral.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expedição ao A.P.M.I., Senhora MARIZA SOARES DE AZEVEDO, solicitando a doação de um Parque Infantil para a A.P.M.I. de Mamborê, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

Em reunião com inúmeros pais e funcionários da A.P.M.I. daquele município, sentimos a necessidade e importância urgente deste parque infantil, para atender aos menores daquela cidade tão carente no que se refere à momentos de lazer.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à CAFE DO PARANÁ, Doutor Osmar Fernandes Dias, solicitando a criação de um Posto de Psicultura na cidade de Peabiru, Estado do Paraná, através da Secretaria de Agricultura.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

Em reunião realizada com diversos moradores e lideranças daquele município, foi constatada a necessidade da criação do referido posto, para atender não somente a sede do Município como toda a região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário,



seja enviado expediente à CAFE DO PARANÁ, doutor Osmar Fernandes Dias, solicitando a criação de um Posto da Café do Paraná na cidade de Boa Esperança, Estado do Paraná, através a Secretaria da Agricultura. Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Em reunião realizada com autoridades, lavradores e produtores daquele município, foi constatado, através das reivindicações, da necessidade primordial da criação do referido posto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, expediente consubstanciado em solicitação para que seja aditado o ante-projeto que pretende estabelecer modificações na Organização e Divisão Judiciária do Estado, a fim de que o distrito de Nova Santa Rosa (Município) passe a pertencer à comarca de Marechal Cândido Rondon, conforme expediente já encaminhado àquele Tribunal.

Tal solicitação tem por fundamento principal a proximidade do município de Nova Santa Rosa com a comarca de Marechal Cândido Rondon, distando apenas 14 km, ao contrário do que acontece com Toledo que dista da mesma mais de 44 km. Além desse irrefutável argumento, e do anseio daquela população por maiores facilidades judiciais, temos a vinculação existente entre Nova Santa Rosa e Marechal Cândido Rondon em todos os setores quer comercial, bancária, advocatícia, de CIRETRAN e com os demais órgãos Estaduais e Federais sediados em Cândido Rondon.

Essas justificativas que demonstram as inúmeras vantagens para a população de Nova Santa Rosa, devem ser analisadas pelo Poder Judiciário, que sempre tem procurado em todas as suas atitudes, voltar a distribuição e aplicação da justiça em nosso Estado, com as maiores facilidades e ao encontro dos anseios do povo, que é o fim último do Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja transcrito nos Anais da Casa o artigo publicado no jornal "Gazeta do Povo" de autoria do doutor Antônio Alves do Prado Filho, Dignis-

simo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná.

REQUER ainda, que seja encaminhada cópia do presente expediente ao senhor doutor Antônio Alves do Prado Filho, na Rua Cândido Lopes, 146, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

Segundo o doutor Antônio Alves do Prado filho, não deve existir desigualdade entre os Estados da Federação na formação da Assembléia Nacional Constituinte.

Cada eleitor deve ter seu voto com o mesmo valor, pois representa a vontade do povo e este quer que a Assembléia Nacional Constituinte elabore a Carta Magna "com diretrizes asseguratórias da liberdade sindical, do direito de greve, da liberdade de imprensa, com melhor distribuição de nossas riquezas, remunerando com justiça o trabalho humano, subordinando-se a propriedade ao interesse social, coibindo-se o poder econômico, promovendo o ser humano a uma vida digna, restabelecendo seus direitos fundamentais, legitimando os poderes executivo, legislativo e judiciário, que se vincularão sempre à lei, protegendo nossas riquezas naturais em proveito do povo brasileiro, e restabelecendo nossa necessária plenitude democrática.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado moção ao Ministro da Indústria e Comércio protestando contra o alijamento do Paraná da direção do Instituto Brasileiro do Café.

REQUEIRO, também, a transcrição do editorial anexo.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA:

A comunidade paranaense, com o advento da Nova República, se uniu para que o Estado tivesse uma representatividade no Governo Federal a altura de sua expressão política e econômica. A participação não foi a esperada mas, assim mesmo, um dos órgãos que tem vínculos diretos com o Paraná, o IBC, cooube a um paranaense. Agora, com a saída de Karlos Rischbieter, o natural seria que outro paranaense ocupasse aquele cargo, mas o que se vê é que o Estado perde aquele Instituto, justamente numa hora em que os produtores e os políticos se unem para reivindicar a revitalização da cafeicultura como forma de fortalecer a nossa economia e propiciar uma so-

lução para o desemprego. O ato de simplesmente se desconhecer o movimento paranaense, ainda quanto o Governador José Richa anuncia que faz consultas para indicar outro nome, fere os interesses paranaenses.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NELSON BUFFARA, EM SESSÃO DO DIA 20 DE AGOSTO DE 1985.

#### PERDEMOS MAIS QUE O IBC

O café plantou mais que um colar de cidades do Norte do Paraná. Com suas "culturas intercalares", também construiu, a partir dos decênios 40 e 50, as bases de uma consciência econômica de que já nos situávamos entre os 5 grandes Estados da Federação. De então para cá, a pauta política de nossas aspirações nacionais foi calcada em função desses frutos do "ouro verde".

Chegamos a conquistar a hegemonia na produção cafeeira, que solidificou nossas aspirações de grandeza. E fizemos todo esse processo econômico e de psicologia política apesar do IBC, já que o ciclo da abundância do café do Paraná sofreu o estigma do "confisco", ao inverso do que sucedera em São Paulo, que iniciou sua fase industrial a partir da capitalização conseguida com os recursos da cafeicultura.

Somos, hoje, a sombra do fômos em produção cafeeira. Resta-nos a condição de terceiro Estado cafeicultor, depois de São Paulo e Minas Gerais, em função menos do pavor das geadas e mais - muito mais - de situações de uma política conduzida por interesses lobísticos junto ao IBC, de nítidas origens regionais.

Malgrado a autarquia cafeeira, o Paraná está procurando tornar a expandir seu parque cafeeiro e nessa linha de propósitos tínhamos como ponto de importância estratégica o comando do Instituto Brasileiro do Café, que conseguimos com Tancredo Neves e a partir de amplo movimento reivindicatório que processávamos como compensação à absoluta ausência de paranaenses nos destinos nacionais, durante o período Figueiredo. Nasceu, assim, o nome de Karlos Rischbieter. Experiente, hábil, conhecedor dos problemas - principalmente os de ordem internacional, inclusive pela sua estada no Escritório do IBC em Hamburgo - sentiu que, através de sua tese da "Constituinte do Café", iria buscar, democraticamente, os pontos ideais para que se encontrasse o rumo novo, na Nova República, para esse Instituto, "phoenix ressurecta", em 1953, do então Departamento Nacional do Café.

A pressão, em horas recentes, levou Rischbieter a repensar a validade da Au-

tarquia, possivelmente, com a idéia de estrutura menor, até, talvez sua extinção. O ministro Roberto Gusmão, da Indústria e Comércio, nas auditorias que determinou no IBC, IAA, EMBRATUR, ao invés dos então IPMs da fase revolucionária, inclinou-se pela tese da extinção dessas estruturas. Dizendo-se inconformado com o estilo do ministro, Karlos Rischbieter apresentou sua demissão, num episódio em que a pressão emocional não poderia atingir a experiência de uma personalidade que desde os tempos de 1960, vinha burilando, em múltiplas funções públicas até atingir o Ministério da Fazenda, capacidade de enfrentar realidades adversas, intrincadas, extremamente difíceis.

Vencendo-se pressões de interesses regionais, buscou-se a fórmula traduzida no nome de um embaixador de carreira, Carlos Alberto Leite Barbosa, que servia na Colômbia e que deverá, dentre missão de relevo e urgência, participar dos debates do Acordo Internacional do Café, quando o Brasil verá qual o contingente de sacas que poderá exportar. Na ênfase aos problemas das nossas exportações, não se presta importância aos inúmeros meandros da questão relacionada com a produção dessa cultura, que coarctas as possibilidades de expansão da cafeicultura paranaense: política de preços internos, recursos para o crescimento do parque cafeeiro do Paraná, além de outras situações que vimos enfrentando para poder reimplantar um poderoso parque, como já o tivemos.

Agora, o IBC está ferido de morte. Se perdemos seu comando, considere-se que o destino dessa autarquia se insere na sorte da vaga nova que se levanta no país de se colocar um freio à estatização. Se o Instituto vier a ser desestruturado, ou reduzido significativamente, que nos interessa é que sobrevenham, também, alívios sobre as costas do produtor, extinguindo-se o "confisco" e toda a sorte de gravames que vem atingindo o cafeicultor. Liberto desses ônus, numa economia de mercado, acreditamos que a produtividade das terras roxas do Norte estadual será poderoso convite a que voltemos a ter, no mínimo, um bilhão de cafeeiros, que entendemos importante para o processo da diversificação de nossa economia agrícola, revitalização das "cidades do café", com incremento das "culturas intercalares", que aumentariam a oferta de bens primários imprescindíveis à mesa do consumo brasileiro e, até, uma possível reversão do êxodo rural, que estigmatiza nossas metrópoles.

Do episódio restar-nos-á, amargamente, a sensação de que ficamos frustrados com a perda do comando do IBC, que foi palco do trabalho lobístico regional, por exemplo, que estruturou a Campanha da Erradicação

de Cafezais, quando diminuimos o parque cafeeiro paranaense. E, quando chegou a hora de obter recursos financeiros para o replantio, assistimos, mais veozmente, aos paulistas se debruçarem, outra vez, sobre a cafeicultura, assim como os mineiros e até os baianos- que não têm tradição em produzir a rubiácea - mas que souberam agir, político-administrativamente, colhendo, hoje, os frutos opimos que só essa cultura pode proporcionar.

Quando, na perda do IBC, as inclinações se fazem no sentido da extinção dessa autarquia, importa ao Paraná lutar, agora, contra o rescaldo dessa estrutura, fazendo com que os gravames impostos sobre os produtores não sejam um peso - como o "confisco"- que tivemos que arrostar, tão negativamente, nesta hora em que voltamos a compreender o quanto o café construiu, material e subjetivamente, para o desenvolvimento paranaense.

#### Projetos de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 160/85

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.º- O Artigo 74 da Lei Complementar n. 2, de 18 de junho de 1973, passa a vigorar acrescido dos seguintes § 1.º e 2.º:

"Art. 74 ....."

§ 1.º - Ao cônjuge, enquanto viver e na sua ausência, dos filhos menores, nas condições e termos da Legislação Previdenciária Nacional do Prefeito Municipal e dos Vereadores, que vierem a falecer ou perderem as condições físicas de trabalho durante o exercício do mandato eletivo, fica assegurada uma pensão mensal equivalente à respectiva remuneração fixa e variável, atualizada em época e na forma da Lei.

§ 2.º - As despesas decorrentes da execução do previsto no § 1.º, correrão à conta dos orçamentos do Poder Executivo e Legislativo Municipal".

Art.2.º- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(aa) TADEU FRANÇA  
FERRARI JÚNIOR

PROJETO DE LEI N. 158/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º- Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Aposentados e Pensionistas da COPEL" - A.A.P.C., com sede e foro no Município de Curitiba.

Art.2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) ANIBAL KHURY.

#### JUSTIFICATIVA:

A documentação que estamos anexando ao presente processo relativa à Associação dos Aposentados e Pensionistas da COPEL, preenche todas as exigências da Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas para a declaração de utilidade pública de Sociedades Cívis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI N. 159/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.º- A Federação dos Servidores Públicos do Paraná (FESPAR) entidade de direito privado, com sede na Capital do Estado, é reconhecida como órgão oficial de representação em grau superior dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

Art.2.º- na formulação da ação institucional do Governo do Estado do Paraná, na área de Servidores Públicos, de recursos humanos e em áreas correlatas onde direta ou indiretamente possam a vir, a ser afetados os interesses dos servidores, considerar-se-á a participação da FESPAR, com legítima representante da categoria a nível superior, perante os órgãos estaduais.

Art.3.º- Fica assegurada à FESPAR, a participação com direito a voto através de um representante nos colegiados e ou conselhos de órgãos públicos do Estado, em que tenham assento representações classistas e no Instituto de Previdência do Estado. I.P.E.

Art.4.º- Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) PAULO FURIATTI.

#### JUSTIFICATIVA:

Antiga aspiração dos Servidores Públicos era a criação de sua Federação Estadual, este foi o principal tema do I.º Congresso de Servidores realizado em 1983, a idéia, avançou e durante a realização do II.º Congresso de Servidores em 23 de outubro de 1984, uma grande plenária com

cerca de mil delegados de mais de sessenta associações decidiu unanimemente criar a Federação sendo a sua primeira Diretoria eleita por aclamação.

A iniciativa recebeu aplausos de amplos setores da sociedade pela forma democrática do surgimento da entidade e pelo elevado grau de participação e interesse dos Servidores Públicos em suas questões.

Sabidamente ainda vivemos sob a égide de uma legislação autoritária que a Nova República haverá de derrogar, entretanto subsistem ainda resquícios do autoritarismo que a todos atingem, inclusive aos que labutam como trabalhadores no serviço público.

Impedidos discricionariamente de sindicalizar-se os Servidores provisoriamente organizam-se em associações e estas por sua vez em Federações.

Ao Poder Legislativo cabe prestigiar e respaldar entidades, que tenham sido constituídas de forma democrática a partir de suas próprias bases e estejam voltadas para a intransigente defesa dos legítimos interesses de seus agregados.

A Federação dos Servidores Públicos, entidade de direito privado, comprometida com as reivindicações da categoria, tem atuado de forma aberta, desatrelada e sincera na busca de seus ideais de justiça trabalhista, representa mesmo um marco de inovação e combatividade na história de entidades gerais de Servidores Públicos em nosso Poder.

Cabe ao Poder Legislativo, a exemplo do que já ocorreu com outras entidades, reforçar através do expediente legal, o reconhecimento que deve merecer através do Poder Público, a FESPAR, por que de fato esta já o conquistou.

A FESPAR conta com estatutos registrados, diretoria organizada e em efervescente atividade, a ela estão filiadas dezenas de Associações de Servidores Públicos, cumpre portando todos os resultados necessários para que se atinja o objetivo pretendido pela Lei.

É a única entidade de segundo grau nesta área que tem permanentemente mobilizado a massa de Servidores em grandes plenárias, assembleias e manifestações públicas em prol da categoria.

É indispensável para o equilíbrio da sociedade a participação livre, independente e assegurada de sindicatos e Federações como forma de mediar os conflitos e as relações coletivas de trabalho.

Indesejável portanto a existência de organizações sindicais submissas ou controladas pelo Estado, devem ser desatreladas como a FESPAR.

O Brasil, apesar de membro da Organização Internacional do Trabalho, proíbe na C.L.T., a sindicalização dos servidores

públicos (art.566), tal excrescência está fadada ao desaparecimento com a provável aprovação da convenção 87 da O.I.T., pelo Senado da República, tal aprovação já se deu na Câmara dos Deputados.

Mas o instrumento de luta que dispõem os servidores no momento são as entidades como a Federação.

Sem qualquer imunidade para seus dirigentes, sem mesmo a mínima garantia com a estabilidade, sem a obrigatoriedade de contribuição por parte de seus filiados a Federação tem lutado com destemor e tem atingido boa parte de seus objetivos.

A Assembléia Legislativa tem sido cenário constata de suas reuniões expressivas e democráticas.

É chegada a hora de um reconhecimento maior e de uma garantia por menor que seja à sofrida e honrada classe dos Servidores Públicos e a sua entidade maior no Paraná.

É a justificativa.

#### PROJETO DE LEI N. 161/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarada de utilidade pública a "Mitra Diocesana de Umuarama", com sede no Município de Umuarama.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando inequívocos serviços à comunidade, nos campos da educação, assistência social, formação moral e religiosa e afins.

Anexa-se a este plano de lei, a documentação que se faz necessária, a fim de promover sua Tramitação por esta Casa de Leis, motivo pelo qual esperamos a aprovação dos nobres Pares para o proposto.

#### PROJETO DE LEI N. 162/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.º- O "Dia da Bíblia", será comemorado anualmente, no segundo domingo do mês de dezembro, em todo território do Estado do Paraná.

Art.2.º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

A Bíblia é o livro mais divulgado de todos os tempos. No seu todo ou em partes, já pode ser lido em 1685 línguas e dialetos, conforme notícias do Concílio Mundial de Sociedades Bíblicas.

Sua mensagem e seus ensinamentos são próprios para a solução das questões atuais. Nenhuma obra jamais produziu um efeito tão revolucionário e exerceu uma influência tão decisiva na história da humanidade.

Inúmeros governantes, educadores, cientistas, pensadores e cidadãos do povo tem encontrado na Bíblia uma fonte inesgotável de inspiração e sabedoria.

Os estadistas D. PEDRO II, Imperador do Brasil escreveu: "Eu amo a Bíblia. Leio-a todos os dias, e quanto mais a leio, tanto mais a amo. Há alguns que não gostam da Bíblia. Eu não os entendo. Admiro na Bíblia a sua simplicidade, as suas repetições e as reiterações da verdade". Por sua vez, o notável ABRAHAM LINCOLN, enfaticamente disse: "Eu creio que a Bíblia é a maior dádiva que Deus ofertou ao homem". GEORGE WASHINGTON CONCLUIU: "É impossível governar o mundo retamente sem Deus e a Bíblia".

GOETHE registrou: "É a fé na Bíblia - fruto de profunda meditação - que tem servido como guia de minha vida moral e literária". De VICTOR HUGO se lê: "A Inglaterra tem dois livros: A Bíblia e Shakespeare. A Inglaterra produziu Shakespeare, e a Bíblia a Inglaterra".

São importantes também, os depoimentos de LEON TOLSTOI "Sem a Bíblia, a educação das crianças no presente estado da sociedade é impossível". De GABRIELA MISTRAL: "A Bíblia é para mim o Livro. Não vejo como alguns podem viver sem ele, a não ser que se torne pobre, nem como ser forte sem este último alimento, nem doce sem mel"; de THOMAS CARLYLE: "A Bíblia é o único livro no qual, durante milhares de anos, o espírito do homem tem encontrado luz, sustento e resposta a todos os mais profundos anelos do coração", de EÇA DE QUEIROZ: "A Bíblia, a grande lição e grande consolação".

Dentre as organizações que tem se dedicado a divulgar o inigualável livro da humanidade está a Sociedade Bíblica do Brasil. Esta entidade internacional declarada de utilidade pública, há dezenas de anos imprime e distribui a preços populares volumes do Livro dos Livros. Foi de sua iniciativa, também as primeiras comemorações relativas ao hoje tradicional Dia da Bíblia.

O presente plano de lei tem por escopo o reconhecimento da comemoração que, de

fato, já faz parte do rol de datas especiais do povo brasileiro. Assemelha-se a louvado projeto do Deputado pernambucano Inaldo Lima, que também apontou o segundo domingo de dezembro, para ser comemorado o "dia da Bíblia", no território daquele Estado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)

Está aberta a sessão. É lida e aprovada a ata. Encerrada a Hora do Expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente e Senhores Deputados. Com o anúncio propagado e divulgado do Ministro da Indústria e Comércio, Senhor Roberto Gusmão, é evidente que houve um esvaziamento violento nos órgãos que ele pretendia extinguir, notadamente o IBC.

Quem conhece a tempera de Karlos Rischbieter, um nome de conceito nacional, admitiria que ele ali não permaneceria na Presidência do IBC., e foi o que aconteceu: foi esvaziado, foi desmerecido, e o Senhor Karlos Rischbieter pediu as contas e a sua exoneração. Ele pediu a exoneração.

Com isso, criou-se um caso, na minha opinião, profundamente lamentável, eis que era prometido ao Paraná que o sucessor de Rischbieter seria um paranaense, o Senhor Governador seria consultado. Esperava-se que, para hoje, as "démarches" seriam promovidas em Brasília, com o propósito de o Senhor Governador do Estado, José Richa, indicar o sucessor de Rischbieter.

Mas, aí é que as coisas ocorreram de forma diferente e, mais uma vez, houve preterição do nosso Estado.

E venho aqui, mais uma vez condenar, condenar com ênfase a atitude irresponsável - se bem que é um direito que ele tem, o Senhor Presidente da República - mas, agindo com total irresponsabilidade com relação aos interesses do Estado do Paraná, tirou do bolso do colete, um amigo pessoal, Embaixador "não sei das quantas" e a ele ofereceu a presidência do IBC.

E venho protestar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, mas protestar com todo rigor, se bem que as minhas palavras talvez jamais cheguem a ser ouvidas em Brasília, pelo Presidente da República, pelo Ministro da Indústria e Comércio.

Mas, eu, na condição de Deputado, um modesto Deputado do Litoral, venho dizer da injustiça clamorosa praticada contra o Estado do Paraná, e protestar através de um requerimento que estou encaminhando à Mesa, protestar junto ao Senhor José Sarney, pela safadeza feita ao Paraná, bem como ao Senhor Ministro da Indústria e Comércio que, me parece, apenas recebeu um

aviso lacônico do Presidente, que já teria escolhido o Presidente do IBC para substituir o Senhor Karlos Rischbieter. E o que me deixa revoltado é que a menor consulta, a menor satisfação foi dada ao Paraná.

Portanto, o meu protesto, através deste requerimento que vai ser votado pelos Senhores Deputados, para que o Senhor José Sarney aja com mais justiça, com mais equilíbrio, com mais sensatez, em casos futuros que o Paraná seja ouvido, ou mesmo, ser consultado.

Senhor Presidente, ainda usando o minuto que me resta, queria que esta Mesa, por minha solicitação, mandasse inserir nos Anais desta Casa, um editorial da "Gazeta do Povo", título do editorial "Perdemos mais que o IBC", muito bem escrito e que retrata a injustiça que o nosso Estado sofreu. Portanto, este editorial que eu passarei à Mesa e a esta Casa, Senhor Presidente, por solicitação deste Deputado, fique consignado nos Anais da Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Vossa Excelência será atendido.

O SR. PRESIDENTE - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Na realidade, como Deputado do Interior, oriundo de uma cidade localizada centralmente numa zona de cafeicultores, não poderia deixar de passar despercebida a rasteira dada no Presidente do Instituto Brasileiro do Café, o paranaense doutor Karlos Rischbieter.

Sabemos, na realidade, de uma briga, uma luta para medir forças que está acontecendo desde a instalação da Nova República, entre o Governador José Richa e o Ministro da Indústria e Comércio Roberto Gusmão. Mais um "round" perde o Governador. Mais um "round" perde o Paraná ao perder o seu representante ideal para a autarquia que representava. Podemos aqui, inclusive confirmar as palavras do ex-Governador Paulo Pimentel que declara aos jornais de hoje, que começa a regressão do PMDB no Paraná com, na realidade, a demissão do Senhor Karlos Rischbieter do IBC.

É triste e é lamentável nós começarmos a assistir a esta decadência do partido situacionista no Paraná logo no começo do Governo da chamada Nova República. E não poderia deixar despercebido também neste plenário, o abuso com que o Governo Federal do PMDB vem cometendo com o usuário brasileiro. Era normal, anos atrás, o PMDB vir aos palanques dizer do aumento do custo de vida, do aumento da inflação e dos aumentos que o Governo dava. E está quase passando despercebido que mais um aumento

foi dado à população brasileira hoje, o aumento das tarifas de energia elétrica. Para o comércio e para a indústria, hoje aumenta em 28.8% a energia elétrica, e para os usuários residenciais em 10.9%. E isto dando, a ELETROBRÁS, um ganho adicional de dois trilhões de cruzeiros anuais. Não podemos, de forma alguma concordar com este Governo que aí está, e que sempre criticou a criação de usinas hidrelétricas e, um dos seus primeiros atos é o aumento da energia elétrica mensal para os usuários brasileiros.

Queremos deixar aqui o nosso registro de protesto contra as mentiras feitas pelo PMDB, porque os aumentos estão sendo maiores dos que foram dados pela Velha República, tanto é que estão iludindo o povo hoje, com uma inflação que na realidade é duas, três vezes do que estão anunciando.

Quero que fique transcrito nos Anais desta Casa o meu protesto, Senhor Presidente, contra a saída do doutor Karlos Rischbieter, um paranaense nobre do IBC, e hoje também contra o aumento.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - No Pequeno Expediente, ainda, concedo a palavra a terceiro orador inscrito, Deputado Eduardo Baggio.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos entrando nesta tarde com um requerimento a esta Casa, em prol daqueles que mais necessitam. Tivemos no último domingo, um concurso público promovido pela Secretaria da Educação, para serviços gerais, ou propriamente dito, para as serventes dos estabelecimentos de ensino. E nós, como conhecemos muito bem esta classe, viemos aqui através desta tribuna, requerer à Senhora Secretária para que as atuais serventes que estão trabalhando nos estabelecimentos de ensino e que estão percebendo através das Prefeituras Municipais, que é o caso da maioria delas, independente de concurso havido domingo próximo passado, sejam elas aproveitadas pela Secretaria, através de efetivação no quadro do Estado.

Isto prende-se ao fato, Senhores Deputados, que a maioria das que fizeram aquele concurso, no domingo passado, são pessoas com o segundo grau completo, e grande quantidade com o terceiro grau, inclusive já concluído, fizeram aquele concurso. É evidente que, passarão todas estas pessoas. Agora, pergundo aos Senhores: será que estas pessoas com o terceiro grau completo, formados em Letras e outras coisas mais, irão se sujeitar aos serviços que lhes estão esperando nas escolas, como limpeza de salas de aulas, limpeza de banheiros, e etc.?

Portanto, aquelas pessoas mais humil-



des, que estão trabalhando, já há muito tempo, é que estão precisando desta garantia. Peço aos Senhores Deputados que me apoiem neste requerimento, junto à Senhora Secretária, para que aquelas pessoas sejam aproveitadas de imediato, independentemente do resultado daquele concurso.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados, imprensa do meu Paraná.

Hoje estamos nesta tribuna, feliz ou infelizmente, para uma verdade que haveremos de dizer, do nosso Partido, a Frente Liberal. Perdemos uma eleição, o eminente candidato Saul Raiz, e vimos dentro do complexo, da Frente Liberal, repetirem-se os erros, e é por isto a nossa atitude de dissidência. Porque "errar é humano, mas persistir no erro é burrice". Esperávamos, apesar de ter pouco contato com Curitiba, com o eleitorado de Curitiba.

Mas a Frente Liberal é um todo, e nós os companheiros, Deputados Estaduais, amigos nossos e um companheiro nosso foi marginalizado. Por causa de uma elite, que tem eleite, mas costuma perder eleição. É por isto a revolta nossa. É por isto que talvez, alguns companheiros não concordem com a minha atitude. Mas, os erros do passado terão que corrigir o problema no futuro.

Não somos daqueles que apenas têm terno de "nycron" e os "louva-a-deus". Por isso, estamos hoje numa dissidência, e os companheiros que eu respeito, da Frente Liberal, que não foram consultados para o lançamento do nome de Fernando Fontana, um digno homem de "society", um homem muito digno, mas, que nem consultados foram os nossos companheiros, justamente neste momento, um momento de se definir a realidade.

Embora algum companheiro fique magoado comigo, estamos em dissidência porque, a mesma atitude da Velha República, a mesma atitude de perdemos a eleição, os "generais" do Partido fizeram, de cima para baixo; e nós, humildemente, talvez por não termos votos em Curitiba, mil ou mil e quinhentos, fomos subjugados no mesmo sistema, no mesmo destino da República Velha!

Talvez eu não sirva mais para o meu partido, mas a verdade, Senhor Presidente, é que nós estamos em dissidência! Porque, "quem cala, consente".

A pessoa de Fernando Fontana é digna, mas a maneira como a imposição foi feita pelos "coronéis" dos outros partidos, pela ingerência indébita, e, de cima para bai-

xo, vamos dizer um "Basta!", ou estamos fadados à derrota, novamente; a derrota de 82 que nos sirva de exemplo.

Por isso que quero dizer alto e a bom som que, estamos na dissidência, e que nossos companheiros, Deputados Estaduais que botaram à execução pública o nome de Fabiano Braga Côrtes e de Ivan Gubert, e nesta hora, hora em que mais precisamos da nossa terra e da nossa gente! Nada temos contra o Senhor Jayme Lerner ou contra o Senhor Fontana, mas queremos dizer que, a maneira pela qual os Senhores Deputados Estaduais se subjugaram, a minha bancada se subjugou, isto é, sem consulta, não merece o meu apoio. Devíamos, meus companheiros, Deputados Estaduais, pelo menos dizer que nós não usamos ternos de "nycron", do "senta e levanta".

Não é assim que nós queríamos a Frente Liberal do Paraná, não é assim que os "coronéis" que nem sequer um município arranjaram, os diretórios da Frente Liberal, estamos fadados à derrota, se não nos unirmos!

É isto, Senhor Presidente, que nós queríamos dizer a Vossa Excelência.

Coitada da Frente Liberal! (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Todas as vezes em que nós, Parlamentares, nos deslocamos para o interior do Estado, as viagens muitas vezes nos trazem momentos de alegria, muitas vezes, de constrangimento e tristeza.

No dia de ontem, quando regressávamos a Curitiba, tivemos a tristeza de ouvir que o Paraná havia perdido a Presidência do IBC - Instituto Brasileiro do Café.

Isto é por demais triste para o nosso Estado que, ao longo de tantos anos, ocupou a hegemonia da cafeicultura nacional e que hoje, tentando se restabelecer e conquistar a posição de destaque que tinha no passado, e para isso vem lutando, com Programas de Reimplantação da Cafeicultura no nosso Estado, que lutou e conseguiu, do ex-Presidente Tancredo Neves e posteriormente do Presidente Sarney, a Presidência daquele órgão, para o Paraná, para nossa tristeza, para nossa infelicidade eu até diria, o Paraná perdeu e nós todos entristecemos!

Mas, um outro assunto que nos traz à tribuna, para dizer das tristezas que muitas vezes vamos encontrar no nosso interior do Estado, diz respeito à falta de consideração que, no nosso entendimento, está existindo por parte do Ministério da



Previdência e Assistência Social, na pessoa, quem sabe até, do digno Ministro Waldyr Pires. Visto que cerca de vinte e cinco municípios do nosso Estado, estão com as representações do FUNRURAL fechadas, porque o Ministério da Previdência e Assistência Social, ao cumprir à risca um decreto que, no nosso entendimento, é arbitrário, é desumano, que não permite a contratação em hipótese alguma, deixa fechado cerca de vinte e cinco postos de representação do FUNRURAL no interior do Paraná. Só no Vale do Ivaí são quatro as cidades - começando por Rio Bom, Grandes Rios, Jardim Alegre, Manoel Ribas, sem falarmos em Barbosa Ferraz, que estão com os seus escritórios do FUNRURAL fechados, muitos dos quais há mais de seis meses, sem que para isso se encontre uma solução, uma alternativa - até quem sabe - para se resolver o problema e prestar o atendimento mínimo e necessário às pessoas carentes, aos previdenciários do meio rural. Em sua maioria, aposentados que nem retirarem o seu carnê de benefícios conseguem, porque o posto do FUNRURAL está fechado e o município vizinho não pode atender.

Além de desumano, além de injusto, é vergonhoso que num País onde se apregoa as mudanças da Nova República, onde se fala em bem-estar social da população, venha a se dar cumprimento a um decreto desta natureza, que proíbe até a substituição das pessoas que exerciam funções de representação do FUNRURAL.

Fica aqui este alerta e a certeza de que não nos calaremos. Temos tentado há mais de uma semana contactar diretamente com o Ministro por telefone, para mostrar a ele as injustiças que se praticam a nível de Estado do Paraná e quem sabe em todo o Brasil.

Estaremos atentos e denunciando essas injustiças que se cometem a centenas e a milhares de pessoas carentes, oriundas do meio rural, e que hoje, nem o benefício da sua aposentadoria, nem os minguados 50% de um salário mínimo poder receber porque sequer o carnê podem retirar, porque a representação do FUNRURAL está fechada.

Fica este alerta e novas denúncias, se não for resolvido este assunto, traremos à tribuna desta Assembléia.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A liberação do plantio de laranjas no Estado do Paraná, depois de vinte e oito anos de impedimento, num trabalho dos Pre-

feitos, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, da Federação da Agricultura, da Federação dos Trabalhadores e da Comissão de Agricultura desta Casa, gera, agora, uma expectativa de podermos participar do processo produtivo nacional na questão da laranja e do limão.

De cada cem laranjas, hoje, temos a certeza de importar noventa e oito de São Paulo. Ficou provado o trabalho já que se iniciou em 1978, ainda quando o Paraná teve um convênio da erradicação do cancro-cítrico interditado e parado por ordem do então Secretário da Agricultura, Paulo Carneiro, que, entendendo a situação, ordenou, ao Instituto Agrônomico do Paraná que iniciassem as pesquisas, pesquisas que hoje dão o resultado de termos variedades para o plantio de laranja e limão não mais susceptíveis a essa doença. O Paraná terá pela frente um trabalho dos mais importantes, sem dúvida alguma e isto fará com que possamos desenvolver a citricultura que tem características muito especiais porque, como sabemos, a citricultura exige demanda, mão-de-obra que precisamos muito no meio rural. À medida que o café estacionou no processo produtivo paranaense, nós, então, temos hoje uma alternativa viável e econômica para os nossos agricultores.

Está de parabéns o Ministro da Agricultura por ter liberado o plantio de laranja. Estão de parabéns o Governador José Richa, o Secretário da Agricultura e a comunidade do Paraná. Mas sabemos que o esquema industrial de São Paulo se volta ainda contra esta liberação e recentemente tenta responsabilizar o Paraná e impedir a liberação do plantio.

É preciso, meus companheiros, que fi-quemos atentos a esse processo para que importante conquista não venha a ser perdida neste espaço tão importante.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno, pelo PMDB.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Diz o povo na sabedoria que lhe é transmitida através das gerações e que decorre da constatação das experiências do dia-a-dia, que "quando os milagres são muitos, o santo desconfia". A velha máxima popular ocorreu-me ao pensamento quando li, neste final de semana, em quase todos os periódicos da Capital, a disposição do Presidente José Sarney, concretizada ontem, de assinar um decreto instituindo um

Programa Nacional do Livro Didático. Realmente, depois de tantos anos de descaso com o setor educacional, é extremamente agradável e para alguns até inacreditável, que, em pouco mais de um mês, duas medidas de tão grande repercussão, como a regulamentação da Emenda Calmon e o Decreto do Livro Didático, sejam viabilizados. Mais uma vez prevaleceu o bom senso da Nova República que, até o presente momento, vem evidenciando uma justa preocupação com os setores mais debilitados do Governo passado.

Com relação ao Decreto do Livro Didático assinado ontem pelo doutor Sarney e destinado a promover uma profunda alteração a partir já do próximo ano letivo, na escolha dos livros didáticos dos alunos de 1.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries, temos aqui uma ressalva a fazer: desde o dia 05.09.83, data da sanção da Lei n. 7.730, de nossa autoria, que a comunidade educacional do Estado vem discutindo qual ou quais os livros didáticos a serem adotados nas escolas públicas paranaenses.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência me permitiria um aparte? (Assentimento).

Lamento interrompê-lo logo no início do pronunciamento de Vossa Excelência, mas neste País está se elogiando muito o atual Presidente da República, e Vossa Excelência parece que inicia o seu discurso seguindo o mesmo caminho.

Mas o Presidente da República nada mais fez do que copiar a Lei Estadual n. 7.730, o decreto dele é "ipsis literis" à lei cujo autor é Vossa Excelência, a quem eu quero parabenizar, neste instante, porque Vossa Excelência deu ao País um instrumento para coibir, de uma vez por todas, com a aberração do livro didático. Então, se elogios cabe nesta tarde, nesta Casa, é a Vossa Excelência e não ao Presidente da República.

Muito obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Rubens Bueno - Transfiro o elogio de Vossa Excelência aos demais membros desta Casa e devo dizer que o elogio ao Presidente da República é por sua sensibilidade diante deste momento crítico em que vive a Educação do País, notadamente pelo seu alto índice de evasão escolar nas escolas públicas de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> graus.

É interessante também salientar que o decreto assinado pelo Presidente da República não é "ipsis literis" à Lei n. 7.730, porque ele se baseia tão somente para os livros do Ensino de 1.<sup>o</sup> grau, e a nossa lei basicamente trata do 1.<sup>o</sup> e também do 2.<sup>o</sup> grau na Rede Estadual de Ensino.

A nossa preocupação nasceu da constatação de que o nosso sistema de ensino ca-

racteriza-se por um persistente desequilíbrio, por um persistente desequilíbrio, cujas origens encontramos em fatores diversos. A evasão escolar era e é, uma realidade de conseqüências imprevisíveis, vítima de uma crise sem precedentes, em que os problemas sociais, econômicos e culturais, se inter-relacionam. A Lei n. 7.730, do Livro Didático, veio dar a sua contribuição nesta conjuntura visando a minimizar os reflexos da crise, sobre as pessoas mais humildes. O livro didático, base do material escolar, converte-se em sério obstáculo, para a manutenção dos estudantes na escola, seja pelo preço abusivo ou também por sua constante substituição.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. RUBENS BUENO - Concedo um aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Rubens Bueno, realmente Vossa Excelência, no dia de hoje, está de parabéns. E faz com que isto seja extensivo a todos os Parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Até porque, na resposta ao aparte do nobre Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência coloca muito bem, que o projeto de lei que transformou-se na Lei n. 7.730 da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do qual Vossa Excelência é o autor, é até mais abrangente do que o da Presidência da República. E, particularmente, não vejo razão para que tenhamos, no primeiro grau, a adoção do livro didático com mais caráter de permanência, não o façamos isso também para o segundo grau. Por isso, eu me associo às congratulações de Vossa Excelência ao Presidente da República, pela sensibilidade. Porque evidentemente, poderia o Sr. Presidente da República, não ter tomado a nível nacional a atitude; ficaria restrita ao Estado do Paraná. Mas também me associo ao que diz o Deputado Erondy Silvério, de que, nesta tarde, confirma-se o tirocínio, a razão e a justiça da Lei n. 7.730, do qual Vossa Excelência é o autor. Porque, no momento de dificuldade econômica em que tantas e tantas crianças abandonam a própria escola, pela dificuldade da aquisição do material escolar, ou impõe ao Governo, um gasto adicional, para repor, ano a ano, o livro da criança, é injustificável que no interesse das livrarias, das produções de livros, tenhamos uma substituição, ano a ano, do livro, a tal ponto, que numa Casa de um trabalhador humilde que tenha dois filhos, um fazendo o segundo e outro entrando, não possa esta criança, que está entrando, ocupar o livro do seu irmão, porque ele se torna impossível de ser

apresentado. Por isso, neste aparte, creio que o Brasil teve uma conquista, mais creio mais do que isto, que Vossa Excelência teve na própria Adoção do Presidente da República, o reconhecimento nacional da justeza da Lei n. 7.730, que esta Casa teve o privilégio de poder aprovar. E que teve a grandeza Vossa Excelência de ser o autor.

Meus parabéns, Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Agradeço o aparte de Vossa, do qual incorporo, com muito prazer, ao meu pronunciamento.

Continuando, Sr. Presidente.

(Lê):

Não podíamos, à época da elaboração do projeto de lei, continuar admitindo que a ânsia de lucro por parte das editoras de livros didáticos, viesse a repercutir negativamente sobre a classe estudantil, concorrendo para a elitização do ensino. Hoje, decorridos quase dois anos de vigência da lei que socializa o Livro Didático nas escolas paranaenses, para um período mínimo de quadro anos, sabemos que contribuiu decisivamente para a permanência de muitos jovens nas escolas. E a prova disto está no I Seminário Estadual do Livro Didático, ocorrido em setembro de 1984 numa promoção da Secretaria de Estado da Educação, no qual no qual foram levantados os reais benefícios sócio-econômicos daquela lei, quando completava um ano de vigência.

O Paraná está um passo adiante na caminhada pela escolarização acessível a todos. Um ensino de melhor qualidade já é palpável no nosso Estado: as eleições diretas para diretores das escolas públicas, a serem realizadas na segunda quinzena de novembro, a partir de um projeto nosso aprovado nesta Casa, darão contribuição definitiva no processo democrático encetado no setor educacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O nosso objetivo hoje é resgatar uma realidade paranaense, a realidade com a preocupação face às dificuldades do ensino brasileiro e o esforço em apresentar soluções adequadas. Cabe à Assembléia Legislativa do Paraná tomar uma posição com relação a um dispositivo legal concebido no seu seio, e que toma agora as justas proporções a nível nacional; aliás, esta Casa está de parabéns, bem como todos os seus integrantes, pelo pioneirismo de suas idéias. A Lei da Socialização do Livro Didático ou da economia que se aprende na escola, através da reutilização do livro escolar, é uma verdadeira lição de democracia que o País inteiro passa agora a compartilhar.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. RUBENS BUENO - Concedo o aparte, pela ordem, ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Ilustre Deputado, Rubens Bueno, com muito prazer me solidarizo com Vossa Excelência, por ver, hoje, a nível nacional, encampado pelo Presidente da República, a sua lei, que já é lei, hoje, no Estado do Paraná, de número 7.730, cuidando, exatamente da unidade escolar, através do livro didático.

Vossa Exa., anteviu, porque vive mais, diretamente ligado com o povo, com os estudantes, com os trabalhadores; V. Exa., sentiu, no seio do povo, as dificuldades de se colpar, hoje em dia, de manter, hoje em dia, um filho na escola. E um dos pontos que Vossa Excelência abordou com muito propriedade e sabedoria, é exatamente terminar ou por um freio definitivo na pica-retagem do livro didático. Na realidade eram desnecessárias as múltiplas investidas dos editorialistas em tirar de quem não tem, exatamente o que ele poderia ter mais, amanhã ou depois, que era a cultura, porque tirando a criança da escola, tirá-lo, exatamente a possibilidade de educação e de ascensão cultural. E, esta ascensão cultural que teria a criança e amanhã o adolescente e o adulto reverter-se-ia em benefício para as editoras, através dos livros de cultura, dos livros da sabedoria universal.

Vossa Excelência entende, e entendeu também esta Assembléia, e por isso Vossa Excelência a parabeniza, porque aprovou este projeto de lei.

Vossa Excelência entendia e entende, que é, exatamente no jovem que reside o início da construção de uma Nação, porque é no jovem que se constrói a cultura de um povo, é por aí, ilustre Deputado, que eu desejo parabenizá-lo pelo seu projeto e parabenizo também o Presidente Sarney, por ter tido a sensibilidade de encampar, porque é bom que se diga de verdade, porque o seu projeto de lei, a sua Lei n. 7.730, hoje, passou a ser nacionalmente aceita e respeitada por todos os órgãos da empresa nacional, e é bom frisar que quando as Assembléias trabalham, quando os Deputados, realmente ligados ao povo têm a sua preocupação voltada para a solução de seus problemas, os Deputados também encontram as soluções, daí, porque os meus parabéns a Vossa Excelência encontrou a solução, porque preocupado com o povo.

E, para terminar, ilustre Deputado Rubens Bueno, poderia dizer que se nada

mais fizesse, durante o seu Mandato, só a Lei n. 7.730 já justifica, de sobra e de sobejo o seu mandato e a boa escolha de seus eleitores!

O SR. RUBENS BUENO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência Deputado Osvaldo Alencar Furtado, citando dados que a própria FUNDEPAR em 1984, de cada cem alunos que se matriculam, na 1.<sup>a</sup> série do 1.<sup>o</sup> grau apenas oito chegam a 3.<sup>a</sup> série do 2.<sup>o</sup> grau, portanto a evasão da 1.<sup>a</sup> série do 1.<sup>o</sup> grau para a última série do 2.<sup>o</sup> grau é exatamente 92%, quando no 1.<sup>o</sup> grau a evasão escolar atinge até 88%, o aluno se matriculando na 1.<sup>a</sup> série e saindo na 8.<sup>a</sup> série do 1.<sup>o</sup> grau.

A nossa preocupação era até muito mais com a crueza das estatísticas publicadas pela Secretaria da Educação do Paraná. Concedo, agora com muito prazer o aparte ao Sr. Deputado José Antonio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTONIO FONSECA - Meu caro Deputado Rubens Bueno, antes de mais nada, quero juntamente com os outros Deputados, associar-me as homenagens que são, justamente feitas a Vossa Excelência por ter tomada a iniciativa desse Projeto da socialização do livro didático e faz com que o Estado do Paraná e da sua iniciativa e de toda a Assembléia Legislativa, tenha sido pioneiro neste País.

Quero aproveitar, também, a oportunidade, para, através do diálogo, mostrar a Vossa Excelência de que a socialização do livro didático é o primeiro passo para a democratização do ensino, neste País e neste Estado, mas, que a par da socialização do livro didático, que é um grande passo na educação, colocar a Vossa Excelência a minha preocupação no sentido de que, apesar também da vigência da Lei Calmon, que injeta uma quantia maior no orçamento da União, para o ensino neste País, a minha preocupação é no sentido de que, nos últimos anos, não houve a preocupação daqueles que mandaram e desmandaram neste País, e que relegaram a educação a um só segundo plano, e fez com que, através de todos esses anos, principalmente fosse privatizado o ensino, o que significa que, a maioria da população brasileira não teve acesso à educação, e fez com que as elites deste País se apropriassem do conhecimento humano.

Então, a minha preocupação é no sentido de que esta Assembléia deve tomar também a iniciativa no sentido de aprofundar a questão do ensino popular; aprofundar a questão de que o ensino neste País e neste Estado, deve estar voltado para a maioria da população; fazer com que a maioria da população tenha acesso ao conhecimento humano. E como é que nós poderemos fazer is-

to? Exatamente como Vossa Excelência o fez, tomando uma iniciativa, e que esta Assembléia comece a se preocupar, dê respaldo e seja discutido com toda a sociedade organizada o problema do ensino.

Então, coloco a Vossa Excelência a seguinte pergunta: a socialização do livro didático, a escolha, em município é feita nas diversas escolas, pelos professores. Mas, são os professores aqueles que vão dizer à juventude, aos alunos, o que deve ser ensinado? Quem deve dizer, neste País e neste Estado o que deve ser ensinado? Deve continuar a ser ensinado aos meus filhos, aos seus filhos, o mesmo tipo de ensino que vem sendo ensinado através destes últimos anos? Convém à nossa juventude o ensino das elites? Ou convém à nossa juventude o ensino da nossa realidade? Qual é a nossa realidade? A nossa realidade, meu caro Deputado, é esta que nós convivemos, hoje, uma classe política totalmente desprestigiada, um País no caos econômico, atravessando a maior crise econômica da sua história, um País que tem uma das maiores inflações; um País que detém uma das maiores dívidas externas; um País que tem uma das maiores dívidas sociais; um País que convive com a morte diária de crianças que morrem de fome; um País que convive com agricultores que não têm terra; quando poucos têm muita terra; um País que convive com as maiores distorções sociais.

Esta é a nossa realidade.

E, eu só acredito num ensino a partir desta realidade, mesmo - veja bem nobre Deputado - mesmo que este quadro não seja dos mais otimistas.

Mas, nós jamais poderemos mostrar para nossos filhos e para a nossa juventude, que o Brasil seja parecido com aquele programa que existe na Globo, que é o "Ilha da Fantasia", e o que nós temos aprendido - e eu fui um que frequentei os bancos escolares durante mais de vinte anos, e aprendi pouca coisa do que me ensinaram e o que me ensinaram não é o País que eu quero; o País que eu quero é outro que eu sei que Vossa Excelência também quer.

Por isso, meu caro Deputado, mais uma vez me parablenizo com Vossa Excelência, pela iniciativa do seu projeto que foi pioneiro neste País, e que Vossa Excelência continue nesse seu trabalho parlamentar, que, de certa forma, vedar lustro ao desprestígio, hoje, a nível nacional, ao Parlamento, neste País.

Muito Obrigado.

SR. RUBENS BUENO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência lembrando não só projeto de vossa iniciativa, mas outros projetos apresentados nesta Casa que hoje é uma lição para o resto do País. Basta ver

a lei dos agrotóxicos aprovada pela Assembléia Legislativa do Paraná, iniciativa dos Deputados Paulo Furiatti, Orlando Pesutti, Sabino Campos. Projetos como das eleições diretas das escolas públicas do Estado do Paraná, que também é lei única do Brasil, cuja iniciativa foi do Poder Legislativo. Portanto hoje quem está ganhando, quem está exatamente mostrando força e presença no Senado Nacional é o Poder Legislativo do Paraná. Exatamente confrontando, estando de outro lado o Congresso Nacional que vem, como vem demonstrando a própria imprensa, pagando os seus Parlamentares pela sua ausência remunerada. O Paraná pelo contrário está dando exemplo que este Poder tem força e ele pode ser exercitado através da boa vontade de seus membros.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

SR. PRESIDENTE -(Antônio Annibelli) - Eu encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças. Consulto a Liderança do PMDB se fará uso dos seus quinze minutos.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Usará da palavra na Liderança do PMDB o Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

SR. PRESIDENTE -(Antônio Annibelli)- No horário das Lideranças, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, pelo PMDB, por quinze minutos.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma miscelânea de assuntos trazem-me a esta tribuna. Primeiro, desejo ler um requerimento que já foi apresentado à Mesa e da Mesa desapareceu. "Sr. Presidente, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Resolução número 58/85".

Este projeto de resolução é o que cria a Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e nós temos o máximo interesse que seja agilizado, aprovado e posto em funcionamento o quanto antes, para que não nos percamos, no ano eleitoral com as ausências quase que majoritárias neste plenário.

Um outro assunto que nos traz a esta tribuna, é exatamente o problema da Assembléia Nacional Constituinte, que é a Comissão dos Notáveis, constituída neste final de semana pelo Presidente da República.

Comissão de Notáveis, e de antemão deve parabenizar o Senador Enéas Eugênio de Faria que com a sua influência, com seu trabalho, conseguiu incluir entre os notáveis do Brasil, o seu irmão Dr. Farjado José Pereira Faria. E se assim não fosse, o Paraná, mais uma vez, estaria esquecido, e se assim não fosse, o Paraná não estaria incluído naquela Comissão dos Notáveis. E haverão de se notabilizar, no nosso entendimento, pelo esvaziamento da Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana que o povo deseja e nós pregamos.

Diz o Ministro da Justiça que Comissão é apenas para ela-

borar um roteiro. Roteiro este que exclui de antemão, a maioria das classes organizadas, dos trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados, exclui os desempregados, exclui várias correntes das classes trabalhadores brasileiras. Roteiro este que não soma, sequer, a sensibilidade da Nação porque como diz, de notáveis nós não vemos naquela Comissão de elaboração deste roteiro, a presença do povo, os eternos não notados pelos poderosos que têm o poder no Brasil.

Entendo isto como um esvaziamento da Assembléia Nacional Constituinte. Se ela é para ser livre e soberana tem que ser eleita pelo povo. Apesar do poder ser delegado pelo povo, não se encontra nos Anais da História Política do Universo, uma forma mais correta e mais democrática, de se elaborar uma Constituição.

Perguntaria a esta Nação, se cinquenta homens podem, na realidade, representar o pensamento dela? Se cinquenta homens que vivem nas grandes metrópoles, nas grandes cidades, na sua grande maioria comendo do bom e vestindo do melhor, morando confortavelmente, tendo amplas bibliotecas para estudos, este homem terá sensibilidade para dizer realmente o que sente o cafeicultor do Paraná, ou o "bóia-fria" do Paraná, ou as crianças abandonadas do Paraná. Será que, apenas o Dr. Fajardo, meu particular amigo, poderá externar e expressar o sentimento de todo um povo, ou, não seria melhor que expurgássemos da Legislação os resquícios da ditadura, para chegarmos a uma eleição nacional, por uma Assembléia Nacional Constituinte, expurgados de opressões, de leis tiranas, de leis não coadunadas com o espírito de uma Nova República.

Estou sem a mínima curiosidade para ver o trabalho que será elaborado pelos notáveis. No nosso entender será quase uma camisa de força, que pretendem impor à Assembléia Nacional Constituinte, contra o qual eu não concordo. Assembléia significa mais de um, mais de dois, o número elevado. Nacional significa exatamente a Nação como um todo participando dessa Assembléia. E Constituinte é a elaboração da Constituição, que é a Lei Maior de um povo.

Comissão de Notáveis, que não haverá de notar o problema das prostitutas. Comissão de Notáveis, que por certo não sentirá o peso da velhice, dos aposentados, injustamente com salários irrisórios. Comissão de Notáveis, que não haverá de ter a sensibilidade de dar um encaminhamento correto para o problema da terra, e o problema dos "sem-terra". Comissão de Notáveis, que por certo não notará o grande número de crianças que não poderá chegar às escolas, e muito menos aos bancos universitários, porque o problema de desemprego é um problema econômico, é um problema de nacionalismo e está ainda enfurnado nos tapetes ou por baixo dos tapetes dos grandes Ministérios desta República.

Concedo o aparte ao ilustre Deputado Antônio Fonseca.

O Sr. Antônio Fonseca - Meu caro Deputado Osvaldo Furtado, quero me solidarizar com a idéia de Vossa Excelência a respeito de Constituinte.

Acredito que, mais uma vez, tanto o Executivo como o Congresso Nacional, comete um grave erro neste País. O Executivo, em enviar a mensagem criando a Constituinte. E o atual Congresso Nacional em acatar a idéia de Constituinte, vinda do Executivo, que é exatamente esta, da criação dos Notáveis, para a elaboração de um roteiro da chamada Inteligência Nacional.

Acredito que deva ser feito exatamente o contrário. Não serão os juristas e a inteligência brasileira que irão dizer

para nós, o que deve ser uma Constituinte livre e soberana; quem deve dizer o que deve ser inserido nessa Constituinte livre e soberana que todos nós queremos, que toda sociedade organizada quer, é o próprio povo. Jamais os atuais detentores de mandatos no Congresso Nacional ou aqueles - e espero que não sejam eles que vão disputar a Constituinte, e veja bem, meu caro Deputado, hoje, o Congresso Nacional é demasiadamente elitista para o meu gosto - e acredito que, aqueles que detêm o mandato de Deputado Federal ou de Senador, terão muito maiores condições, se é que forem os Constituintes, na disputa com qualquer um do povo, então, jamais essa Constituinte será livre e soberana. Uma Constituinte só será livre e soberana, na medida em que o Executivo, juntamente com o Congresso Nacional, remover todos os entulhos, todo o arbítrio que ainda pesa sobre a nossa Nação. Sem isto, jamais teremos uma Constituinte. E todo o nosso discurso e os que se farão daqui por diante até o dia 15 de novembro do ano que vem, serão em vão, mais uma maneira de enganar a maioria da população, porque a Constituinte, da maneira como está sendo dirigida, jamais, meu caro Deputado, irá resolver os problemas deste País.

Nós enganaremos o povo, aqueles que hoje detêm os mandatos populares, e o Executivo, vão enganar o povo.

Eu acho que esta Assembléia tem a grande oportunidade de, através dessa Ação Parlamentar pelo que Vossa Excelência hoje tão bem ocupa a tribuna, acho que deve ser instalada, para que a população seja alertada e não entre no jogo que está sendo feito hoje, neste País.

Uma Constituinte só será efetivamente livre e soberana, se houver a participação popular.

Obrigado pelo aparte.

**O Sr. Antônio Belinati** — Vossa Excelência, Deputado Osvaldo Alencar, permite um aparte? — (Assentimento).

Ilustre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, nossos cumprimentos por esse pronunciamento cívico e democrático de Vossa Excelência, nesta tarde, nesta Casa de Leis.

Há poucos minutos o extraordinário jornalista Carlos Lacerda clareava a minha memória, lembrando-me a respeito dessa Comissão que foi formada para elaborar a Constituinte, dizendo que, Londrina, em 1945, elegeu Munhoz de Mello, Constituinte, e o grande e vigoroso Professor Roberto Novaes, acrescia mais, que Munhoz de Mello é um brilhante Professor da Universidade Federal do Paraná.

Então, complementando as observações desses dois profissionais da nossa imprensa, Antônio Carlos Lacerda e Roberto Novaes, gostaria de aplaudir Vossa Excelência e lamentar que a Nova República tenha feito mais uma injustiça contra os valores culturais do nosso Paraná, um Estado com tantos e notáveis juristas, foi novamente preterido pela Nova República, na formação dessa Comissão.

Estranho e lamento; aiás, não é novidade que a Nova República tenha um comportamento deselegante com o Paraná, agiu assim, em pleno domingo, tirando o IBC das mãos de gente do Paraná, levando o IBC para ser presidido por um homem que nem mais morava no Brasil.

Então não é novidade para nós, ilustre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que a Nova República, ao pensar, ao falar, e ao colocar em prática uma Assembléia Nacional Constituinte, chame para constituir esta comissão, pessoas estranhas, algumas delas que talvez nem sequer saibam o que é uma Constituinte. E o Paraná, com grandes e extraordinários juristas, foi colocado no abandono, no esquecimento, foi preterido pelos homens que comandam a Nova República.

**O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO** — Agradeço o aparte

do ilustre Deputado. Gostaria de acrescentar que nós lutamos vinte anos contra a ditadura, contra a prepotência militar, contra os desmandos militares, contra as injustiças militares, contra as injustiças sociais, contra a fome, contra as misérias que se implantaram neste Brasil. Porque uma revolução esdrúxula e espúria implantou nesta Pátria brasileira, cantada e decantada por todos que a amam. Lutamos para que esta Pátria fosse livre e democrática e tivesse um reordenamento jurídico através de uma Assembléia Nacional Constituinte, onde o povo realmente tivesse a garantia de sua representatividade. No entanto, não seria eu que me silenciaria de modo próprio para aplaudir um Presidente que também não lutou pelas diretas e combateu-a.

Não teço loas quando erram, nem ao meu Governador José Richa, nem aos latifundiários também. Não teço loas a um povo que foi esmagado e continua espezinhado no desrespeito com os lânguidos Poderes Públicos.

Teço loas a um povo que não se faz ouvir através dos seus gemidos e angústias, através dos seus reclamos e dos seus protestos mais solenes e através até mesmo, da solidariedade prestada e emprestada permanentemente às causas mais legítimas da Nação brasileira.

Este povo que tem dado de tudo, tem feito de tudo para que esta Nação se reencontre através de um reordenamento jurídico, através de um reordenamento social, através de uma recolocação de postura onde os homens públicos, realmente, tracem o destino da Pátria brasileira - com seriedade, com amor e com respeito a um povo que não pode mais ficar às margens de um processo de desenvolvimento, nem cultural, nem político, nem econômico e nem social.

O povo exige, hoje, participação. Ele deseja participar e está preparado para isso. Nós haveremos de combater, sim, a Assembléia Nacional Constituinte, se desviar dos seus caminhos, nós estaremos nesta tribuna que o povo nos delegou, para combater e dizer ao povo: saiba escolher os seus representantes constitucionais, para que eles não sejam os representantes do Poder Econômico. Não sejam representantes de castas militares. Não sejam representantes da Nação brasileira, da sociedade brasileira como um todo. Porque esta Nação já está cansada de esperar, já está esmagada, de tanto apanhar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE** — (Antônio Annibelli) No Horário da Liderança, consulto o Líder do PDS, se fará uso do seu tempo.

Declinado, consulto o Líder do PDT.

Estando ausente, consulto o PFL. Com a palavra, o Sr. Deputado Péricles Pacheco.

**O SR. PÉRICLES**

**O SR. PÉRICLES PACHECO** — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A repercussão nacional obtida pelo discurso do Presidente José Sarney, na cidade de Londrina, não foi gratuita. Quem acompanha com atenção as manifestações presidenciais desde sua posse, sabe, com toda certeza, que o discurso de Londrina foi de todos o que mais claramente definiu pontos vitais, do maior interesse da Nação, e sobre os quais todos estávamos a esperar palavras seguras, metas e definições que, de vez por todas, colocassem um balde de água fria no imenso caudal de especulações reinante.

O presidente José Sarney disse, no melhor português possível, de forma direta, objetiva, clara, sem sofismas, que quem



está produzindo no campo nada deve temer quanto ao Plano Nacional de Reforma Agrária. Disse-o bem, sem arroubos demagógicos, enfrentando uma realidade que, mais cedo ou mais tarde, teria de ser encarada de frente pelo mais alto magistrado da Nação.

Ao contrário das declarações iniciais do Ministro do Desenvolvimento e Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, que foram fatores de ponderáveis tensões junto às classes produtoras do País, pequenos, médios e grandes empresários rurais, que o ministro admitira num momento de infelicidade imperdoável, que o processo de reforma fundiária atingiria também os chamados latifúndios produtivos.

A sabedoria do presidente da República, em Londrina, tem outra conotação a ser anotada para a História: ele escolheu justamente o município que, por inabilidade, erro de cálculo ou pura má fé, fora objeto de um esdrúxulo decreto, há mais de um mês, considerando-o, no todo, proprietário para efeito de reforma agrária.

No caso do decreto infeliz, posteriormente tornado sem efeito, totalmente fora de propósito e distante de nossa realidade fundiária, o Governo da Nova República cedo percebeu o lamentável equívoco cometido. Um pecado que custou o desassossego e a inquietação num Estado que, justamente, sem quaisquer tergiversações, sem eufemismos, é todos reconhecido como o grande celeiro do Brasil.

Sarney, homem que coloca a razão e o bom senso como companheiros de todas as horas, restitou a plenitude da confiança dos paranaenses em seu Governo, ao anunciar que, se por um lado não podemos esquecer as lições da História, fechando-nos aos reclamos sociais legítimos, por outro, é de todo imprescindível, disse o Presidente, apoiar a iniciativa privada como mola de desenvolvimento da Nação. E disse também que o Governo pretende levar até o fim do programa de reforma agrária, dentro de critérios que são aqueles que se espera de governos autenticamente democráticos: promovendo uma reforma fundiária que não penalize os que produzem, os que geram riquezas ao País, oferecem trabalho, ocupação de mão-de-obra e contribuem com impostos vitais ao desenvolvimento deste País-Continente.

Em síntese, a fala presidencial valeu também como advertência aos que simplesmente mantêm áreas de terra para especulação, beneficiando-se de todo um esforço da comunidade, expresso em rodovias, energia elétrica, infra-estrutura básica, sem oferecer a necessária contrapartida ao Brasil.

Com esta posição, acreditamos, estamos de acordo todos nós que pretendemos ver este País realmente livre, democrático e caminhando para seu grande destino. Uma posição que encontra, aqui mesmo no Paraná, defensores da mais alta respeitabilidade, como a Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP. Posição em que deve estar, necessariamente, embutida a idéia de uma reforma fundiária que dê prioridade a reassentamentos em terras devolutas da União, Estados e Municípios, ponderáveis fatias deste imenso território nacional e cujos critérios de distribuição, ao longo de nossa História, não têm sido pautados, via de regra, por verdadeiros interesses sociais.

Por último, gostaríamos de ressaltar, dentro do mesmo tônus, o noticiário distribuído, no final da semana, pela Secretaria de Comunicação Social do Palácio Iguaçu, dando conta de que o Governador José Richa está disposto, a partir dos primeiros dias desta semana, de acionar dispositivos legais de que dispõe, para promover desapropriação da fazenda Jaciretã, com área de 1.210 hectares no Município de Renascença,

no Sudoeste do Estado, totalmente improdutivo, e há muitos anos sem qualquer atividade agropastoril, pertence a uma instituição não paranaense.

Tanto na expressão do presidente José Sarney, em Londrina, quanto ao anúncio do Governador José Richa, há clara alusão à necessidade de preservação da ordem, repúdio a grupos treinados em promover tumultos e invasões em propriedades alheias. Aliás, neste capítulo, faça-se justiça ao nosso Governador: ele tem pautado sua conduta, em tais episódios, de forma exemplar, na preservação da propriedade privada, dos direitos inalienáveis da livre-iniciativa, sem jamais perder de vista as chamadas lições da História, que aconselham, neste momento, o exercício de uma legítima justiça social. Mas esta passa, necessária e obrigatoriamente, pelo respeito ao direito do outro, daquele que vem cumprindo um papel vital — arcando com os mais pesados ônus de titubeantes políticas econômico-financeiras, à mercê de modelos agrícolas gestados em gabinetes burocráticos.

Igualmente respeitável é o documento da Sociedade Rural do Paraná, entregue ao presidente José Sarney, em Londrina, traçando um panorama vivamente real da importância da agropecuária paranaense no contexto nacional. Um documento que obrigatoriamente, é material para reflexão, pois sem se colocar contra a marcha da História, pede ao presidente administradores competentes para tratar da política econômico-financeira da Nação e, ao mesmo tempo, se coloca à disposição do Governo para servir, com um imenso contingente de produtores rurais, à grande causa que é o Brasil.

O discurso do Presidente Sarney e a manifestação da Sociedade Rural do Paraná, ecoando de Londrina, mais a disposição do Governador José Richa de equacionar soluções para algumas áreas de tensão social no Paraná, merecem, estamos certos, o registro nos anais desta Assembléia Legislativa e o exame acurado de todos os que estão voltados para este grande programa encarnado na Nova República".

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Péricles Pacheco, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que Vossa Excelência faz. É um assunto em pauta; todas as reuniões que fazemos no interior, mesmo para tratar de putos assuntos, vem à tona, o assunto reforma agrária. Eu até disse numa das reuniões, outro dia, quando me perguntaram o que eu achava da reforma agrária. Claro que eu acho e todos nós brasileiros achamos, uma necessidade. E a reforma agrária eu disse sempre: a verdadeira reforma agrária é a que temos aqui, principalmente no Norte do Paraná, onde já foi implantada há muitos anos, às pequenas propriedades, todas elas produtivas e as grandes propriedades também. Esta é a verdadeira reforma agrária.

É preciso que o Governo faça a coisa com seriedade. Infelizmente, o lançamento foi mal feito, o Presidente Sarney veio procurar corrigir o pronunciamento inicial quando disseram que seria iniciado onde existisse atrito. Isto é muito relativo, porque atrito é a coisa mais fácil de se arrumar. Ele disse depois que o atrito é de documentos. Mas sabemos que a reforma agrária precisa incluí-la pela Bahia, lá pelo Maranhão. Aqui o Governo está tomando providências no reassentamento: o caso de São Gerônimo da Serra; aqueles que estavam nas áreas dos índios; e é preciso readquirir a propriedade para reassentamento, mas é preciso que se faça com muita seriedade, para não desmerecer o grande projeto da Reforma Agrária. Que sejam reassentados esses colonos e dadas condições para que elas possam



trabalhar. Eu disse há poucos dias que a verdadeira reforma agrária precisa começar com a Reforma Agrícola. A Reforma Agrícola é subsidiar, facilitar o nosso pequeno agricultor que está na lavoura, dando condições para que seus filhos lá permaneçam e não abandonem, para que não vá se firmando lotes de 5, 10 alqueires, unindo as grandes fazendas. Fixamos estes que lá estão, e depois, então, dentro das possibilidades do País, e adquirindo e reassentando esses que estão sem terras, mas dar condições, porque de nada adianta dar a terra se não subsidiar com juros mais baratos, porque os que estão hoje na terra, não estão agüentando. É preciso que se faça com muita seriedade.

Mas, tenho certeza, que merece o aplauso de todos os brasileiros a implantação da Reforma Agrária.

Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES PACHECO — Muito obrigado, nobre Deputado Gilberto Carvalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Encerrada a Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, indicando o Sr. Deputado Rubens Bueno, para compor a Comissão Especial, criada para discutir os problemas referentes aos alunos do curso de Fonoaudiologia da Faculdade Católica do Paraná. — À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiati, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria dos Srs. Deputados Tadeu França e Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n. 76/85, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. — **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de discussão e votação do Projeto de Resolução n. 76/85, constante da Ordem do Dia de hoje, acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 76/85, (ex-Projeto de Lei n. 113/83), oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, aprovado por unanimidade e que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, do Município de Grandes Rios, para o fim de consulta à respectiva população, sobre a criação do Município de Rosário. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.** (Publicado no D.A.

n. 74, de 13 de agosto de 1985).

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 38/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública estadual o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE NOVA CANTU", com sede no Município de Nova Cantu e foro no Município de Ubiratã. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 44/85, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública a CORIBEIRA "COMISSÃO PARANAENSE PARA DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DA ESTRADA DA RIBEIRA", com sede e foro nesta Capital. — Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 51/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA VILA IPIRANGA", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 64/85, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que denomina de "DEPUTADO DOMÍCIO SCARAMELLA" a ponte a ser construída, ligando a Cidade de União da Vitória à BR-476. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 66/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE VETERINÁRIOS ESPECIALISTAS EM SUÍNOS — ABRAVESPAR", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 71/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO FACULDADE DE AGRONOMIA "LUIZ MENEGHEL", com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 76/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de utilidade pública o DASAP-SUL — DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ADVENTISTA DA PROMESSA DA REGIÃO SUL, com sede nesta Capital. — Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 77/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DO BAIRRO DA BOA VISTA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 90/85, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública a "AÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À CRIANÇA ÓRFÃ E NECESSITADA — AASCON", com

sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 92/85, de autoria dos Deputados IVAN GUBERT, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR E ACIR MEZZADRI, que denomina de "ENGENHEIRO GILBERTO JOSÉ DUDA", o trecho da Rodovia compreendido entre o trevo da PR-170 e a Cidade de Mirassolva, neste Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 321/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que autoriza o Poder Executivo instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná — FUNCITEC, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido Projeto, Emenda de Plenário de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO AO  
PROJETO DE LEI N. 321/84

#### EMENDA SUBSTITUTIVA

No art. 5º, onde se lê:

"ao Banco do Estado do Paraná S.A. — BANESTADO ...

Leia-se:

"ao Banco de Desenvolvimento do Paraná — BADEP ..."

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Apoiamento:

EDMAR LUIZ COSTA, TRAJANO BASTOS, TADEU LÚCIO MACHADO e MÁRIO PEREIRA.

E também, sobre o referido Projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana e Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando seja retirado da Ordem do Dia, pelo prazo de 05 (cinco) sessões, o Projeto de Lei n. 321/84, de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos.— Aprovado. Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n. 321/84 por 05 (cinco) sessões.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 62/85, (Mensagem n. 77/85 — ex-Proposição n. 73/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 3º Termo Aditivo de 08 de março de 1985, ao Convênio celebrado em 16/02/82, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando realização de provas laboratoriais para diagnóstico das doenças dos animais.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 63/85, (Mensagem n. 58/85 — ex-Proposição n. 60/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n. 334/84, celebrado em 26 de setembro de 1984, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado do Planejamento e a SUDESUL, objetivando a proposição subsídios com vistas à formulação de uma política de desenvolvimento urbano para a região Sul.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 64/85, (Mensagem n. 86/85 — ex-Proposição n. 78/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 1º Termo Aditivo de 11 de março de 1985, ao Convênio celebrado em 16 de novembro de 1984, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando execução das atividades de profilaxia e combate à peste suína, assim como do 5º Termo Aditivo, de 11 de março de 1985, ao Convênio que especifica.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 65/85, (Mensagem n. 69/85 — ex-Proposição n. 69/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 18 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná através da PARANATUR e o Município de Curitiba, através da URBS S.A., objetivando implantar na Estação Rododiferroviária de Curitiba um Posto de Informações Turísticas.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 66/85, (Mensagem n. 66/85 — ex-Proposição n. 66/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n. 44/83, celebrado em 30 de agosto de 1983, entre o Governo do Estado do Paraná através da PARANATUR e a Universidade Federal do Paraná, objetivando realização de estágios em estabelecimentos da PARANATUR, por alunos do Curso de Turismo da referida Universidade.— Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 67/85, (Mensagem n. 78/85 — ex-Proposição n. 72/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 6º Termo Aditivo de 08 de março de 1980, ao Convênio de 18 de dezembro de 1980 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando execução das atividades do sistema de Produção de Sementes e Mudanças Certificadas e Fiscalizadas no Estado.— Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Rubens Nogueira, ocorrido no dia 19 de julho do corrente ano, no Município de São José dos Pinhais.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rosildo Rocco, ocorrido no dia 28 de junho do corrente ano, no Município de São José dos Pinhais.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Joana Jess Micrute, ocorrido no dia 16 de julho do corrente ano, no Município de São José dos Pinhais.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Domingas Scroccaro Marochi, ocorrido no dia 17 de julho do corrente ano, no Município de São José dos Pinhais.— Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury,

constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Dirceu Chiuratto, ocorrido dia 18 de agosto do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Umbelina Zanotti, ocorrido dia 13 de agosto do corrente ano, no Município de Faxinal.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Catarina Jarros, ocorrido no Município de Porto Rico.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Egídio Ferro, ocorrido dia 04 de agosto do corrente ano, no Município de Santa Isabel do Ivaí.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Rogério Nobre, ocorrido no dia 14 de agosto do corrente ano, no Município de Santa Isabel do Ivaí.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Giocondo Dall'Stella, ocorrido no dia 16 de julho do corrente ano, na Cidade do Rio de Janeiro.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Ranghetti, ocorrido no dia 15 de agosto do corrente ano, no Município de Cascavel.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do General Gaspar Peixoto Costa, ocorrido no dia 19 de agosto do corrente ano, no Município de Ponta Grossa.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos Eduardo Michelli, ocorrido no dia 13 de julho do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Balbina Machado, ocorrido dia 18 de agosto do corrente ano, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Guzzi, ocorrido dia 15 de agosto do corrente ano, no Município de Marumbi.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da jovem Rosana Pignarato Delgado, ocorrido no dia 18 de agosto do corrente ano, no Estado de São Paulo.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Em votação.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) —

Sr. Presidente, apenas para solidarizar-me com o voto de pesar pelo falecimento da jovem Rosana Delgado, filha de um grande pioneiro de Paranavaí, Adelmo N. Delgado, que realmente contristou toda Paranavaí e a todos nós. Solidarizo-me com o voto de pesar do ilustre Deputado Eduardo Baggio.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Em votação.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ângelo Saço, ocorrido no dia 18 de agosto do corrente ano, no Município de Jandaia do Sul.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução n. 05/84, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, que dá nova redação ao Art. 3.º da Resolução n. 37, de 16 de setembro de 1981, estabelecendo regimento para as Sessões Solenes de entrega de Título de Cidadão Honorário, requerendo, outrossim, o prosseguimento normal da referida Proposição, que se encontra em poder do Gabinete da 1.ª Secretaria, desde 23/04/85.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução n. 58/85, que regulamenta Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa do Paraná.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ferrarri Júnior, Tadeu França e Nilso Sguarezi, constante do expediente da sessão anterior, solicitando a instalação da Assembléia Legislativa, por três sessões, no Município de Maringá, para realização de Sessões e Fórum de Debates.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, consubstanciado em apelo no sentido para que seja aditado o anteprojeto que pretende estabelecer modificações na Organização e Divisão Judiciária do Estado, a fim de que o Município de Nova Santa Rosa, passe a pertencer à Comarca de Marechal Cândido Rondon.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no Jornal "Gazeta do Povo", de autoria do Sr. Dr. Antônio Alves do Prado Filho, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.— (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros da Indústria e Comércio e das Minas e Energia, encarecendo a extensão do benefício do desconto do IPI, concedido aos motoristas de táxi, também aos Srs. vendedores autônomos.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Rádio Humanitá, pela comemoração, no dia de hoje, dos seus cinco anos de fundação, no Município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio

de expediente a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de cento e vinte carteiras para a Escola Municipal Henrique Soares de Coimbra, no Município de Iretama.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico no posto de saúde do Município de Mamborê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a reconstrução da Escola Estadual Antônio da Cunha — Ensino de 1.º Grau, localizada no Distrito Administrativo de Malu, no Município de Terra Boa.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, propondo a criação de um posto da CAFE DO PARANÁ, no Município de Boa Esperança.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da CAFE DO PARANÁ, por intermédio da Secretaria da Agricultura, propondo a criação de um Posto de Psicultura no Município de Peabiru.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Presidente da APMI, por intermédio da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a doação de um parque infantil para a APMI do Município de Mamborê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, pleiteando a instalação de um aparelho telefônico — Orelhão, na rodoviária do Município de Boa Esperança.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Acir Mezadri, Erondy Silvério, Adhail Sprenger Passos e subscrito por diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de Comissão Parlamentar Especial para a Região Metropolitana de Curitiba e Sul do Paraná, para conduzir estudos de natureza parlamentar e reivindicações em apoio à comunidade, para a solução dos problemas de natureza econômico-social.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Em função do presente requerimento, da sua aprovação, solicito às Lideranças Partidárias que façam a indicação dos Srs. Deputados para comporem a Comissão Parlamentar Especial para a Região Metropolitana de Curitiba, composta de 23 membros.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, propondo a construção e implantação de um mini-posto de saúde no Núcleo Habitacional de Casas Populares em convênio com a Prefeitura do Município de Tapejara.— **Apro-**

**vado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Engenheiro Civil Toyoski Sakay, pela sua investidura na chefia do 9.º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas De Rodagem.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Diretora da Cooperativa Agropecuária Arapoti Ltda., pela passagem do 25.º Aniversário de fundação, no Município de Arapoti.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo estudos para viabilizar a ampliação do número de terminais telefônicos no Município de Mandaguari.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico na Escola Estadual Rui Barbosa — Ensino de 1.º Grau, no Município de Mamborê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, visando a destinação de equipamentos para a cozinha do Colégio Estadual Helena Kolody — Ensino de 2.º Grau, no Município de Terra Boa.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Rádio Goioerê, pela comemoração, ocorrida no dia 19 de agosto do corrente ano, dos seus 23 anos de existência, no Município de Goioerê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de uma quadra poliesportiva no Colégio João XXIII — Ensino de 1.º e 2.º Graus, no Município de Janiópolis.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo estudos apropriados para possibilitar reformas gerais em vários estabelecimentos de ensino, no Município de Terra Boa.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, para que a mesma determine à FUNDEPAR, encarecendo a iluminação pública da cancha de esportes da Escola Estadual Monteiro Lobato, no Município de Dois Vizinhos.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de monocanais para a instalação de Postos de Serviços nas localidades de São Sebastião do Cedro e Camboin, no Município de Capanema.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expedien-

te aos Srs. Ministro da Previdência Social, Presidente Nacional do INAMPS, Superintendente Regional do INAMPS, Superintendente Regional do IAPAS/PR, e Superintendente Regional do INPS, encarecendo a criação da agência do INAMPS no Município de Cianorte. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de moção ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio, protestando contra o alijamento do Paraná da direção do Instituto Brasileiro do Café, bem como REQUER a transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado na Gazeta do Povo sob o título "Perdemos mais que o IBC". — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa. — (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um Posto de Serviço em Santa Rita e telefone público para os Distritos de Santa Rosa e Ucuí e São José do Itavó, no Município de São Miguel do Iguçu. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Bagio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo para que as atuais serventes que estão trabalhando nos estabelecimentos de ensino, e que percebem salários pelas Prefeituras, sejam aproveitadas nos quadros da Secretaria, independente de concurso público. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezzi, constante do expediente, solicitando moção de apoio ao Projeto de Lei n. 1880/83, em tramitação na Câmara Federal, de autoria do Sr. Deputado Aldo Arantes, que objetiva a organização de entidades representativas dos estudantes de 1.º e 2.º Graus. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulação ao Rev. Althair Costa e Souza, pelo início do seu revolucionário plano de organização de creches para atendimento de menores carentes. — **Aprovado.** — À Diretoria Legislativa.

Antes, porém, gostaria de renovar o apelo às Lideranças Partidárias para que façam indicações dos Srs. Deputados à Comissão Especial de Emenda à Constituição. Tendo em vista que só até o momento a Liderança do PMDB fez a indicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução ns. 62, 63, 64, 65, 66, 67 e 76/85.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução ns. 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74 e 75/85.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO EDGARD PIMENTEL, EM SESSÃO DO DIA 20 DE AGOSTO DE 1985.

## A REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL NA CONSTITUINTE

Antônio Alves Prado Filho  
Presidente da OAB - PR

Entendemos que na eleição dos constituintes a representação proporcional por Estados deve ser alterada, considerando-se que a previsão legal é de 60 deputados por Estado, e no mínimo 8, pois descaracteriza a soma da vontade da nação.

O voto do eleitor do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná vale 1,0 de São Paulo 0,6. Mas o Acre tem o valor de 12,1, do Maranhão 1,8 e da Paraíba 1,50. Como se vê a representação dos Estados nordestinos é maior que a do Sul e Sudoeste que possuem a maior população na ordem de 70% do eleitorado brasileiro.

A eleição de 1982 bem demonstra a disparidade da representação, quando o Acre, com apenas 115.474 eleitores, elegeu 8 deputados federais; Amazonas com 547.782, também 8; Espírito Santo, com 963.019, 9 deputados; Ceará com 2.429.859, 22 deputados, Paraná, com 4.144.310, 34 deputados; Rio de Janeiro, com 6.252.529, 46 deputados e São Paulo, com 113.114.018, apenas 60 deputados.

Não pretendemos o confronto entre as regiões brasileiras, mas o coronelismo do Nordeste não pode e não deve ter maior peso na Constituinte. Esta formalizará diretrizes fundamentais para toda nação brasileira, e o voto de cada brasileiro deve ter o mesmo valor para composição do Congresso Constituinte.

Pugnamos pela convocação imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte, com a prévia devolução ao povo de seu poder originário de eleger seus constituintes para elaboração de uma nova Lei Fundamental.

Devem ser eliminadas todas as ditatoriais, assegurando uma eleição livre, pluripartidária, com candidatos avulsos, saneando-se o processo eleitoral dos vícios e manipulações do poder econômico.

Entendemos que constituintes não podem ser somente os políticos ligados aos partidos existentes em nosso país, mas também devem ser eleitos representantes de todas as entidades, sindicatos, associações, trabalhadores autônomos, empresários, advogados, cientistas, profissionais de todas as áreas, professores, jornalistas e representantes de todas as parcelas da sociedade, mas sempre desvinculados dos partidos políticos.

Ressalvados os congressistas autênticos, a maioria dos parlamentares representa interesses próprios ou de grupos que os apoiaram, outros foram eleitos pelo voto de protesto contra o regime de exceção, mas hoje não representam as reivindicações do povo brasileiro.

Sem dúvida os partidos políticos são úteis por suas organizações e experiência, mas não lhes cabe o monopólio na eleição para constituintes, pois há brasileiros competentes e grandes especialistas em alguma área ou atividade com muita representatividade, os quais podem trazer preciosas contribuições na Carta Magna a ser elaborada, sem a intenção de prosseguirem na carreira política porque retornarão às suas atividades normais, depois de cumprida sua tarefa na Constituinte.

Existem inúmeras associações que unem pessoas com sentimentos e interesses comuns, com representatividade expressiva em grandes parcelas do povo, superando neste ponto os partidos políticos. Suas lideranças dialogam com as autoridades e contribuem para as soluções de vários conflitos sociais, credenciando por tudo isso suas participações no Congresso Constituinte.

A eleição específica para Constituinte, exclusiva, com prazo determinado para cumprimento de suas atribuições, afastará os deputados que apenas visam bons negócios com o retorno das vultosas despesas que fazem nas eleições. Excluído este mal, reduzir-se-á a influência do poder econômico nesta eleição.

A prevalecer o processo espúrio e viciado das eleições, com expedientes sobejamente conhecidos, teremos um congresso constituinte infiel à vontade da nação brasileira, que frustrará os anseios do povo, colocando em risco nossa caminhada para a plenitude democrática.

Propugnamos pela eleição de constituintes oriundos de todos os setores da sociedade, para formação de uma Assembléia Nacional Constituinte, independentemente do Congresso Nacional, que continuará em suas atribuições legais fiscalizadoras do Executivo.

O Estado de Direito não deve ser a única preocupação deste Congresso, mas deve sobretudo eliminar as arcaicas estruturas políticas, econômicas e ideológicas que foram cristalizadas pela ditadura anterior.

A nova Constituinte deve considerar a realidade brasileira, que apresenta a oitava potência industrial do mundo, mas ocupa o 84.<sup>o</sup> lugar na repartição do produto nacional pelo número de habitantes, na qual a

maioria da população vive à semelhança do regime de escravidão, criando uma raça subumana, marginalizada, analfabeta, com índice insustentável de mortalidade infantil, sem acesso ao trabalho, cultura, informação e participação no processo decisório da nação.

O poder político deve ser escoimado da influência dos grupos econômicos nacionais e internacionais, para que não sejam reduzidas as liberdades dos menos favorecidos pela riqueza.

A liberdade pressupõe a convivência em sociedade, a repartição dos bens e o acesso ao progresso social, sem os desníveis do capitalismo. Como ser humano, um não vale mais que o outro.

Igualdade abrange, também, igualdade de possibilidade, desde que o homem nasce. Cada um é responsável pela liberdade do outro brasileiro, não se admitindo que a sociedade seja composta de dominantes e dominadores.

O poder econômico deve ser disciplinado em função dos interesses individuais e sociais, e combatido em sua pretensão de dominar o poder político para manutenção de seus privilégios.

Queremos o respeito às normas da Declaração Universal dos Direitos do Homem, onde se dispõe que "todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos", devendo o Estado proporcionar a segurança social e a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais e da personalidade.

O povo quer que a Assembléia Nacional Constituinte, exclusiva, paralelamente ao Congresso Nacional, livre e soberanamente, por prazo determinado, elabore a Carta Magna com diretrizes asseguratórias da liberdade sindical, do direito de greve, da liberdade de imprensa, com melhor distribuição de nossas riquezas, remunerando com justiça o trabalho humano, subordinando-se a propriedade ao interesse social, coibindo-se o poder econômico, promovendo o ser humano a uma vida digna, restabelecendo seus direitos fundamentais, legitimando os poderes executivo, legislativo e judiciário, que se vincularão sempre à lei, protegendo nossas riquezas naturais em proveito do povo brasileiro e restabelecendo nossa necessária plenitude democrática.